



Interferências da Língua Inglesa em Textos Jurídicos Traduzidos: Estudo de Caso na Empresa Eurologos

Lara Cristiana Nóbrega Brito

Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução

abril 2019

AGRADECIMENTOS

Às minhas orientadoras, Karen Bennett e Susana Valdez, por enriqueceram o relatório através de toda a ajuda, disponibilidade e sugestões oferecidas nesta fase.

Ao professor Marco Neves e à Eurologos por me terem recebido e tratado como membro da equipa, assim como por me ajudarem a evoluir como profissional. Cada um de vós tornou esta experiência especial.

Aos meus pais que, apesar de não saberem bem o que ando a fazer, nunca deixaram de desejar o meu sucesso. À minha irmã por me fazer rir sempre que preciso.

Aos professores da FCSH que me deram as bases necessárias a aplicar no estágio e na redação deste relatório, assim como a todos os colegas e amigos que fiz durante a licenciatura e o mestrado.

À Sofia que fez o estágio comigo e todos os dias me contagiou com a sua boa-disposição.

À Cleyde que sempre me motivou e me obrigou a deitar mãos à obra. À sua família por me ter acolhido nos últimos cinco anos.

À Rita pela sua paciência e carinho, por nunca deixar de acreditar em mim e me ajudar a ser uma pessoa melhor.

**INTERFERÊNCIAS DA LÍNGUA INGLESA EM TEXTOS JURÍDICOS TRADUZIDOS:
ESTUDO DE CASO NA EMPRESA EUROLOGOS**

LARA BRITO

RESUMO

O principal objetivo deste relatório é descrever e problematizar o trabalho desenvolvido durante o estágio na empresa Eurologos. As principais atividades centraram-se na tradução técnico-científica, na tradução jurídica e na tradução de marketing.

Aliando a experiência em estágio ao desenvolvimento de uma perspetiva crítica quanto aos Estudos de Tradução, este trabalho procura ainda refletir e analisar até que ponto a língua inglesa influencia a língua portuguesa, na área da tradução jurídica, visto que a língua inglesa se destaca em termos de poder e influência no mundo, na atual era da globalização.

Para concretizar estes objetivos, o relatório é estruturado em quatro partes nas quais: (1) descreve-se a experiência em estágio, focando-se na metodologia de trabalho da empresa, nos projetos realizados e dificuldades resultantes, (2) sistematiza-se, de forma crítica, a literatura relevante sobre a expansão da língua inglesa no mundo, na Europa e em Portugal e o seu papel atualmente, (3) discute-se a tradução jurídica, identificando características do texto jurídico inglês e português e, por fim, (4) regista-se a presença ou ausência de interferências do inglês como língua franca, tendo como *corpus* textos jurídicos traduzidos para português europeu durante o estágio na empresa Eurologos.

Da análise conclui-se que existe uma certa tolerância à influência da língua inglesa na língua portuguesa. Porém, simultaneamente, sendo a criação de um texto inteligível para o leitor português, com características do texto jurídico português, um dos objetivos das traduções realizadas, verificou-se casos de distanciamento da língua de partida no texto de chegada.

PALAVRAS-CHAVE: língua inglesa, inglês como língua franca, globalização, tradução jurídica, influência

**INTERFERENCES OF THE ENGLISH LANGUAGE IN TRANSLATED LEGAL TEXTS:
CASE STUDY AT EUROLOGOS**

LARA BRITO

ABSTRACT

The main goal of this report is to describe and problematize the work carried out during the internship at Eurologos. The main activities focused on technical-scientific translation, legal translation and marketing translation.

Combining the internship's experience with the development of a critical perspective on Translation Studies, this work also seeks to reflect and analyze the influence of the English language on the Portuguese language in the area of legal translation, since English stands out in terms of power and influence in the world, in the current era of globalization.

In order to achieve these objectives, the report is structured in four parts: (1) the internship's experience is described, focusing on the work methodology of the company, the projects carried out and the resulting difficulties, (2) relevant literature on the expansion of the English language in the world, Europe and Portugal, as well as its current role, is critically systematized, (3) legal translation is discussed, identifying characteristics of the English and Portuguese legal texts, and finally (4) the presence or absence of interferences of English as a lingua franca in legal texts translated into European Portuguese during the internship at Eurologos is reported.

From the analysis, it is concluded that there is a certain tolerance to the influence of the English language on the Portuguese language. However, at the same time, being the creation of an intelligible text for the Portuguese reader, with characteristics of the Portuguese legal text, one of the aims of the produced translations, the analysis shows some examples of target-oriented translation solutions.

KEYWORDS: English, English as a lingua franca, globalization, legal translation, influence

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: O estágio	3
1.1. Empresa.....	3
1.1.1. Apresentação da empresa	3
1.1.2. Metodologia de trabalho	4
1.2. Descrição dos projetos realizados.....	5
1.2.1. Tradução	5
1.2.2. Formatação.....	5
1.2.3. Revisão.....	6
1.2.4. Transcrição	7
1.3. Aprendizagens e desafios	7
Capítulo II: A língua inglesa num mundo globalizado	14
2.1. O papel da língua inglesa no mundo.....	14
2.1.1. Uma língua global.....	14
2.1.2. Expansão da língua inglesa	15
2.2. Na Europa.....	19
2.3. Em Portugal.....	24
2.4. A língua inglesa atualmente	27
Capítulo III: A tradução e o texto jurídico	28
3.1. Linguagens jurídicas.....	30
3.1.1. Texto jurídico inglês	31
3.1.2. Texto jurídico português	35
3.2. Tradução jurídica certificada em notário.....	40
Capítulo IV: Interferências da língua inglesa na tradução jurídica	42
4.1. Inglês como língua franca.....	42
4.2. Corpus analisado no contexto da empresa	44
4.3. Base teórica.....	44
4.4. Análise de interferências	46
4.4.1. Escritura notarial	46
4.4.2. Termos e Condições	48
4.5. Notas conclusivas.....	51
Conclusão.....	52
Referências bibliográficas	54
Anexo 1 – Tabela de projetos levados a cabo durante o estágio	58
Anexo 2 – Orçamento de teste 1	62
Anexo 3 – Orçamento de teste 2	63
Anexo 4 – Principais domínios internacionais da língua inglesa	64
Anexo 5 – Os três círculos da língua inglesa por Kachru.....	65
Anexo 6 – Tradução da escritura notarial em formato RTF.....	66
Anexo 7 – Tradução dos Termos e Condições em formato RTF.....	73
Anexo 8 – Tradução da escritura notarial corrigida pelo revisor.....	84
Anexo 9 – Tradução dos Termos e Condições corrigida pelo revisor.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS

DGT – Direção Geral da Tradução

ELF – English as a Lingua Franca

ELFA – English as a Lingua Franca in Academic settings

EUA – Estados Unidos da América

IATE – Interactive Terminology for Europe

INE – Instituto Nacional de Estatística

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

OCR – Reconhecimento ótico de caracteres

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

TAC – Tradução assistida por computador

TC – Texto de chegada

TP – Texto de partida

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VOICE – Vienna-Oxford International Corpus of English

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio enquadra-se na componente não-letiva do Mestrado em Tradução, na área de especialização de Inglês e tem como objetivo analisar as interferências da língua inglesa em textos jurídicos traduzidos no contexto da empresa Eurologos.

Este tema surge devido à relevância da língua inglesa no mundo globalizado em que vivemos atualmente, assim como a uma análise crítica da tradução jurídica levada a cabo pela mestrandia, uma das áreas mais traduzidas pela empresa em questão.

Assim, o relatório divide-se em quatro capítulos, estabelecendo uma ponte entre a teoria e a prática. O primeiro capítulo dedica-se à apresentação da empresa, como também dos projetos realizados durante o estágio, nomeadamente traduções, revisões, formatações e transcrições, bem como algumas das dificuldades encontradas nos mesmos.

No segundo capítulo desenvolve-se uma teorização do papel da língua inglesa no mundo, com base em Crystal (2003), abordando a necessidade da existência de uma língua franca, a expansão da língua inglesa e as indústrias que potenciaram a mesma. É discutido também o papel da língua inglesa na Europa e mais especificamente em Portugal, principalmente no que toca à sua utilização, com referência ao modelo de Kachru (1985). Finalmente, é mencionado o papel que o inglês desempenha atualmente no mundo.

O terceiro capítulo aborda a tradução jurídica como definida por Cao (2007, 2010), os textos jurídicos e as suas características. São identificadas características comuns entre diferentes linguagens jurídicas e, posteriormente, características do texto jurídico inglês e do texto jurídico português respetivamente. A tradução jurídica certificada em notário é também referida.

O quarto capítulo centra-se nas potenciais interferências do inglês, como língua franca, na tradução jurídica. Analisa-se as interferências da língua inglesa, tendo por base dois documentos jurídicos trabalhados durante o estágio, de acordo com sete parâmetros relacionados com a extensão da frase, os empréstimos ou decalques, a

construção frásica, a voz passiva, as classes gramaticais, os acrónimos e siglas e, ainda, os *false friends*. O objetivo principal é analisar criticamente a potencial influência da língua inglesa nas traduções da mestranda. A secção final explora e desenvolve as conclusões dessa mesma análise.

Capítulo I: O estágio

1.1. Empresa

1.1.1. Apresentação da empresa

O estágio que esteve na origem do presente relatório decorreu ao abrigo de um protocolo estabelecido entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e a empresa de tradução Eurologos-Lisboa / Certas Palavras, Lda. O mesmo teve uma duração de 400 horas presenciais, em horário a tempo inteiro, de 17 de setembro até 30 de novembro de 2018.

A Eurologos-Lisboa / Certas Palavras, Lda. está ligada ao Grupo Eurologos em regime de franchising. A Eurologos é uma empresa de tradução cujo primeiro escritório foi aberto em Bruxelas em 1977, tendo rapidamente se expandido para outros países devido às necessidades dos seus clientes. Em Portugal, a empresa conta com dois escritórios: um em Lisboa e outro no Porto.

Assim, é uma empresa que se define como sendo glocal, isto é, global e local. Global por possuir escritórios em quatro continentes e local pela tradução ser feita por falantes nativos no local onde será utilizada. Portanto, a flexibilidade do “global” e a especificidade do “local” são conjugadas de modo a garantir os melhores resultados possíveis para o público-alvo no que toca à qualidade linguística e à adequação estilístico-cultural de cada escritório que, por sua vez, é perfeitamente adaptável ao mercado em que se insere.

Os serviços prestados englobam tradução jurídica, técnica e financeira para instituições públicas e empresas; tradução certificada em notário; transcrição; revisão; e interpretação simultânea e consecutiva.

A empresa em Lisboa conta, à data do presente estágio, com uma equipa *in-house*, constituída pelo diretor-geral, a diretora comercial, um gestor de contas, uma gestora de projetos e uma tradutora para a língua inglesa. A par das funções inerentes ao cargo é comum desempenharem funções de preparação/formatação de documentos, revisão, tradução, gestão de projetos e transcrição quando necessário. Contam ainda com vários tradutores e revisores em regime *freelance*.

1.1.2. Metodologia de trabalho

Visto que várias funções podem ser levadas a cabo por mais do que uma pessoa, na Eurologos, a gestora de projetos, o gestor de contas e a diretora comercial são as pessoas que normalmente recebem e tratam de pedidos de serviços, sendo assim elas a gerir os projetos.

O primeiro passo após a receção de um pedido é a realização de um orçamento. Depois de este ser adjudicado, a pessoa que gere o projeto atribui o trabalho ao tradutor (se o projeto se tratar de uma tradução) que melhor se adequa, tendo em conta o par de línguas e a área em causa, e um revisor (quando não são os próprios gestores de projetos a rever). Assim, cria um projeto com uma memória de tradução e/ou base terminológica, já existentes ou novas dependendo da recorrência do cliente ou tipo de texto, bem como o prazo a cumprir. O mesmo acontece na revisão, sendo o trabalho, por sua vez, atribuído a um revisor.

Apesar de o trabalho poder ser feito através de diversas ferramentas de tradução assistida por computador (TAC)¹, a Eurologos utiliza preferencialmente o memoQ, por isso, o gestor de projetos envia o projeto para o tradutor através do servidor desta ferramenta, bem como algumas informações sobre o mesmo por e-mail. O projeto é depois aceite através da funcionalidade “Check Out From Server” que apresenta uma lista de todos os projetos disponíveis ou já concluídos. A partir daí, dá-se início à tradução que deve ter em conta a correção semântica, funcional, terminológica, morfossintática e estilística.

Após a sua conclusão, o tradutor faz uma revisão, começando por uma leitura bilingue no memoQ, seguida do controlo de qualidade automático através da funcionalidade “Quality Assurance (QA)” do próprio programa. Depois deve ser feita a exportação em tabela bilingue para análise ortográfica no Microsoft Word, cujo corretor ortográfico é mais eficaz que o do memoQ e, posteriormente, se necessário e se

¹ É utilizada a definição de Lynne Bowker e Des Fisher (2010: 60): “Computer-aided translation (CAT) is the use of computer software to assist a human translator in the translation process. The term applies to translation that remains primarily the responsibility of a person, but involves software that can facilitate certain aspects of it.” Assim, as ferramentas TAC correspondem a este software que ajuda na tradução e aumenta a produtividade do tradutor.

possível, uma leitura em papel, finalizada com uma correção no memoQ dos erros encontrados. Por fim, a tradução é revista por um revisor (ou pelo próprio gestor de projetos) e depois o gestor de projetos volta a entrar em contacto com o cliente para proceder à entrega do projeto e confirmar o pagamento.

Relativamente às formatações e transcrições a realizar, estas são simplesmente enviadas por e-mail com os respetivos documentos e informações adicionais.

1.2. Descrição dos projetos realizados

Tal como os colegas da empresa, a mestrande, durante o estágio, teve oportunidade de desempenhar várias tarefas, nomeadamente traduções, formatações, revisões e transcrições, tendo ainda entrado em contacto com o funcionamento do serviço de interpretação numa conferência intitulada “Digitalization: What About Us”. Uma tabela com a descrição de todas as tarefas pode ser observada no Anexo 1.

1.2.1. Tradução

O volume dos projetos de tradução correspondeu a 32.092 palavras, divididas por dez projetos, num total de 33 documentos. Englobou vários tipos de documentos, como: e-mails, faturas, informações sobre serviços, páginas de um website de mobiliário para exteriores, o manual de instruções do memoQ 8.2, uma escritura notarial, Termos e Condições, declarações de tratamento de dados pessoais e artigos do blogue “The Translation Guy”. Desta forma, as áreas de especialidade variaram, englobando-se na tradução técnico-científica², em geral, e jurídica, em particular, sendo esta última o objeto de estudo do presente relatório. Quanto aos pares de línguas, as traduções tiveram sempre como língua de partida o inglês e como língua de chegada o português.

1.2.2. Formatação

A carga de trabalho de formatações inclui vários tipos de documentos como escrituras notariais, apostilas, cartas de curso, declarações, certificados, páginas de *website*, entre outros. As línguas mais trabalhadas foram o português e o inglês, mas também houve ocasiões em que línguas como o polaco, o alemão e o neerlandês

² Neste relatório adota-se a seguinte definição de tradução técnico-científica: “any translation of content pertaining to a specific subject matter that does not fulfill a primarily aesthetic function” (Valdez 2019: 101)

surgiram. No caso da apostila, esta continha frases em português, inglês, francês e espanhol. Em suma, as formatações perfizeram um total de 17.017 palavras, divididas por 17 documentos.

Para dar um pouco de contexto, a formatação é, por vezes, crucial para a tradução porque é a partir desta que se transforma, por exemplo, um documento PDF ou um documento físico que um cliente precisa de certificar em notário, em formato editável como é o caso do Microsoft Word que não tem problemas em ser aberto pelas ferramentas TAC.

No que toca a PDF ou documentos físicos que são digitalizados, esta conversão pode ser feita por *software* de reconhecimento ótico de caracteres (OCR) como o ABBYY FineReader – o mais utilizado pela empresa – ou começando do zero³ em programas como o Microsoft Word. Nem sempre o *software* de OCR é infalível, obrigando a que sejam feitos uns ajustes por parte de quem está a formatar. É importante que o documento formatado seja semelhante ao original, mantendo-se assim todos os elementos específicos como o estilo do tipo de letra (fino, negrito, itálico), erros ortográficos, quebras de página, entre outros. Acima de tudo, o documento deve ser legível e, consequentemente, adequado para entrega.

Apesar da importância que uma formatação acarreta, isto foi algo pouco trabalhado durante a licenciatura ou o mestrado e, por isso, foi das tarefas em que se notou mais evolução devido à falta de bases.

1.2.3. Revisão

No que toca às revisões, foram revistos seis projetos, perfazendo um total de 39.198 palavras. Os três projetos de maior dimensão incluíram um manual de instruções do memoQ e páginas de um *website* de *software* de gestão de ativos. Os outros três projetos (relacionados com marketing de cinema, especialmente sinopses de filmes) acabaram, de certa forma, por ser mais uma adaptação para a língua portuguesa de

³ Isto é, transpor manualmente o texto e todos os elementos do documento original para um documento Word em branco, indicando entre parênteses retos a informação relativa a carimbos, selos, assinaturas, etc.

expressões decalcadas do espanhol⁴, visto que o texto traduzido precisou de sofrer muitas alterações.

Os pares de línguas foram o inglês e o português europeu, mas também o português do Brasil. A revisão de páginas do *website* referido incluiu o mesmo documento de inglês para estas duas variantes do português e tratou-se essencialmente de uma revisão monolingue, com especial atenção para problemas de linguagem, especificamente quanto aos parâmetros de “Smoothness”, “Sub-language” e “Mechanics” de Mossop (2014: 134). Porém, aquando de alguma aparente omissão ou formulação ambígua, foi necessário verificar o original. Por outro lado, a revisão do manual de instruções foi uma revisão bilingue em que os principais parâmetros tidos em conta foram “Accuracy”, “Completeness”, “Smoothness”, “Tailoring”, “Sub-language” e “Mechanics” (Mossop 2014: 134).

1.2.4. Transcrição

Finalmente, foram feitas duas transcrições de dois julgamentos – igualmente divididos por outras pessoas – num total de 78 minutos. O número total de palavras transcritas foi de 11.634. Tal como na formatação, a transcrição deve refletir o original, evidenciando as formas de expressão dos intervenientes, tal como os erros e até pausas e hesitações. É um processo exigente que requer muita atenção e que possibilitou a utilização do programa Scribe para facilitar o processo.

1.3. Aprendizagens e desafios

Através das tarefas e projetos variados, foi possível obter tanto conhecimentos teóricos como práticos sobre o funcionamento de cada serviço fornecido pela empresa e compreender melhor o que está por trás dos mesmos.

Um dos maiores desafios prendeu-se com a construção frásica e a terminologia principalmente na área do marketing – especificamente na tradução do *site* de

⁴ Mais especificamente, o texto inglês era traduzido primeiro para espanhol e, aparentemente, traduzido posteriormente do espanhol para português, com indícios disto representados, no texto português a ser revisto, através da utilização de “Cinzenta” em vez de “Cinderela” e “mestizos” em vez de “rafeiros”, por exemplo. Depois era pedida uma revisão bilingue (com o texto inglês e o texto português, sendo que o último possivelmente foi traduzido através de um *software* de tradução automática) à Eurologos. Teoricamente tratava-se de uma revisão, mas na prática não era bem o caso.

mobiliário para exteriores – em que a tradução é, de certa forma, mais livre e obriga a que o tradutor tenha de, frequentemente, mexer com a frase e alterar a ordem das palavras. No que toca à construção frásica, as principais dificuldades cingiram-se ao facto de que uma tradução que seguisse, sintagma por sintagma, o TP, resultaria numa frase estranha para o leitor português. Nestes casos, a solução foi sempre inverter a ordem como pode ser observado nos exemplos abaixo.

TP	TC	Correção sugerida
A comfortable sitting experience is a high priority for us [...]	Proporcionar conforto enquanto sentado/a é uma grande prioridade nossa [...]	Proporcionar conforto enquanto está sentado é uma das nossas principais prioridades [...]
International designers are behind a large part of our collection.	Por trás de grande parte da nossa coleção estão designers internacionais.	Na base de grande parte da nossa coleção estão designers internacionais.

Relativamente à terminologia, termos como “club chair” e “armchair” criaram dúvidas visto se tratarem de objetos muito parecidos. Inicialmente, o termo “armchair” foi traduzido como “poltrona” visto esta e “cadeirão” serem as opções mais comuns, mas ao comparar as imagens dos respetivos objetos no *site*, “club chair” era o que mais se assemelhava a uma poltrona e “armchair”, por sua vez, parecia uma cadeira. Finalmente, a consulta da versão francesa e espanhola do *site* ajudou na diferenciação dos mesmos e “club chair” ficou traduzido como “poltrona” e “arm chair” como cadeira. Esta tradução não foi contestada pelo revisor. Outro termo que também causou dúvidas foi “graphic border”, sendo que, mais uma vez, as imagens fornecidas foram o fator que ajudou a perceber do que se tratava. Foi, assim, traduzido como “módulo de assento”. Outro das dificuldades girou à volta de sintagmas nominais complexos. Nestes casos, foi preciso identificar o sintagma principal para depois ordená-los a todos de forma correta. Exemplos disto foram os termos “powdercoated stainless steel” e “seamless sheath of knitted textile”, sendo que o último foi dos mais problemáticos. Foram traduzidos, respetivamente, como “aço inoxidável revestido em pó” e “bainha de costura invisível

de textilene”, sendo posteriormente revistos e corrigidos para “aço inoxidável revestido a pó” e “bainha com costura invisível em textilene” pelo revisor.

Por vezes, a tradução também não foi tão bem-sucedida por ser uma área que envolve uma maior adequação do discurso de acordo com o público-alvo, algo que nem sempre foi conseguido por ter sido usada uma linguagem um pouco informal e até mesmo “oral”. Exemplos disto são apresentados abaixo:

TP	TC	Correção sugerida
Living the good life outside	Aproveitar a boa vida lá fora	Desfrutar da vida ao ar livre
[...] [we] can visit your home [...]	[...] podemos visitar a sua casa [...]	[...] podemos organizar uma visita à sua casa [...]
Stubborn stains [...]	Manchas teimosas [...]	Manchas mais resistentes [...]
[...] not only to look good but to defy all weathers.	[...] não apenas para criar uma boa aparência, mas também para desafiar todos os climas.	[...] não só para alcançar um design atraente, mas também para suportar todos os tipos de clima.

Outro desafio foi igualmente compreender o estilo do autor, especialmente no que toca ao blogue “The Translation Guy”⁵ que apresenta um estilo informal e característico, e conseguir transpô-lo na tradução. Por exemplo, no artigo “About bad website translation”, o título foi traduzido pela mestranda como “Sobre a má tradução de sites”, uma tradução muito literal, que na opinião do autor do blogue deveria ser algo mais natural como “Falemos sobre sites mal traduzidos”. Para além disto, outros exemplos podem ser vistos abaixo:

⁵ Para aceder ao blogue, consulte o seguinte link: <https://www.thetranslationguy.net/> (Consultado a 13/03/19).

TP	TC	Correção sugerida
I was browsing through LinkedIn when something caught my eye: one of those ads you often see on Facebook posts where someone is offering to lend you money. [...] This is common on Facebook, but LinkedIn? <u>I had never seen one there before.</u>	Andava pelo LinkedIn quando uma coisa me chamou à atenção: um daqueles anúncios que se costuma ver nas publicações do Facebook onde alguém se oferece para nos emprestar dinheiro. [...] É normal no Facebook, mas no LinkedIn? <u>Nunca tinha visto um anúncio lá.</u>	Andava pelo LinkedIn quando algo me chamou à atenção: um daqueles anúncios que se costuma ver nas publicações do Facebook onde alguém se oferece para nos emprestar dinheiro. [...] É normal no Facebook, mas no LinkedIn? <u>Nunca lá tinha visto um destes.</u>
Behind the Portuguese flag was a translation <u>that would give Google goose bumps.</u>	Por trás da bandeira portuguesa estava uma tradução <u>que deixaria o Google com pele de galinha.</u>	Por trás da bandeira portuguesa estava uma tradução <u>de dar arrepios ao próprio Google Translate.</u>

Por fim, outro dos problemas foi, ocasionalmente, a falta de uma verificação final minuciosa que resultou em alguns erros (muitas vezes por distração), o que possibilitou confirmar o quão relevante é uma revisão em qualquer projeto. Exemplos comuns disto foram erros de concordância de género e número e erros ortográficos. Foram selecionados alguns exemplos dos mesmos dentro das traduções levadas a cabo durante o estágio:

TP	TC
For safety, you can back up your projects.	Por segurança, pode criar <u>um</u> cópia dos seus projetos.
It's a bit too much for one day – but not <u>if we can work</u> from the guide that was written for memoQ 2015.	É muito para um dia só – mas não <u>se podermos trabalharmos</u> a partir do manual que foi escrito para o memoQ 2015.

If you have <u>not</u> received an e-mail [...]	Se <u>nao</u> recebeu um e-mail [...]
3. Set-off of liabilities to which the Customer is entitled from XXX due to any reasons against liabilities to which XXX is entitled from the Customer due to sales agreements concluded <u>on the basis</u> of these Terms is possible only with a prior written consent of XXX.	3. A compensação de responsabilidades às quais o Cliente tem direito de XXX devido a quaisquer razões contra responsabilidades que XXX tem direito do Cliente devido a acordos de vendas celebrados <u>na bases</u> destes Termos é possível apenas com consentimento por escrito de XXX.

A pertinência do estágio prendeu-se também com outros aspetos como a gestão do tempo e a organização, de forma a cumprir os prazos; a comunicação e a entreaajuda com os colegas; mais experiência e familiarização com o memoQ, nomeadamente a funcionalidade do servidor para perceber como é atribuído um projeto a um tradutor e/ou revisor; e, em geral, uma ideia do que é a realidade profissional da indústria da tradução, algo possibilitado não só no escritório, mas até mesmo com idas ao notário e aos advogados que possibilitaram observar o funcionamento da tradução certificada.

O estágio também providenciou um contacto, apesar de indireto, com clientes, tradutores *freelance* e intérpretes contratados pela empresa, na medida em que mostrou que tipo de situações e problemas podem ocorrer e como lidar com os mesmos. Foi igualmente possível explorar o aspeto financeiro, ainda que brevemente, da tradução através da criação de dois orçamentos (de teste) (ver Anexo 2 e 3).

Ademais, permitiu o contacto com vários tipos de documentos, com níveis de qualidade diferente. Logo na primeira semana foram traduzidos uns e-mails que apresentavam um baixo nível de inglês, evidente em erros ortográficos como “attach”, “testes”, “warehouse”, “prompt” e erros gramaticais como “We weren’t inform of this”, “He can’t use your yarn because he don’t dye”, “After receive the yarn we made some testes as agreed”. Esta experiência foi interessante porque constituiu um desafio e porque é uma realidade com que os tradutores profissionais têm de lidar no dia a dia. A diversidade das áreas trabalhadas permitiu desenvolver estratégias de resolução de

problemas tradutórios e explorar diferentes níveis de formalidade textual. O tipo de texto mais informal foi, sem dúvida, os e-mails entre um cliente e uma determinada empresa porque envolveu uma linguagem mais coloquial, o que até resultou em vários erros ortográficos já mencionados. Pelo contrário, uns dos textos mais formais estavam relacionados com o apoio ao cliente e o tratamento de dados, por exemplo. A conservação da formalidade não foi muito bem-sucedida pela mestrandia, sendo que a revisão do revisor apresenta as correções nesse sentido. Alguns exemplos dessa linguagem mais formal são os seguintes:

TP	TC	Correção sugerida
In fact, in order to exercise your rights, you are obligated to provide proof of identity in the event of a request made by the data controller for this purpose, in accordance with Article 12 of Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data.	<u>De facto</u> , para exercer os seus direitos, é obrigado a fornecer prova de identidade no caso de um pedido <u>feito</u> pelo responsável pelos dados para <u>este fim</u> , em conformidade com o Artigo 12 da Regulamentação (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 sobre a proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais.	<u>Na verdade</u> , para exercer os seus direitos, é obrigado a <u>disponibilizar um comprovativo</u> de identidade no caso de um pedido <u>efetuado</u> pelo responsável pelos dados para <u>esta finalidade</u> , em conformidade com o Artigo 12 da Regulamentação (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 sobre a proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais.
We would like to specify that the copy of your identity document will not be used for any	Gostaríamos de especificar que a cópia do seu documento de identificação não será	Gostaríamos de especificar que a cópia do seu documento de identificação não será

purposes other than protecting your rights and that it will be deleted as soon as possible once your request has been processed.	<u>usada para qualquer outro fim</u> que não a proteção dos seus direitos e que será eliminada <u>assim que o seu pedido seja processado.</u>	<u>utilizada para qualquer outra finalidade</u> que não <u>seja</u> a proteção dos seus direitos, e que será eliminada <u>após o processamento do seu pedido.</u>
--	---	---

O estágio foi, acima de tudo, uma oportunidade de inserção num contexto profissional e empresarial, adquirindo conhecimentos mais aprofundados quanto ao mercado da tradução e a gestão de projetos e desenvolvendo competências de organização, comunicação, tradução, revisão, transcrição e preparação de documentos.

Capítulo II: A língua inglesa num mundo globalizado

2.1. O papel da língua inglesa no mundo

Atualmente vivemos num mundo globalizado. De acordo com o dicionário do Priberam, a globalização é um “fenómeno ou processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercados” (Consultado a 11/02/2019) e de acordo com o dicionário da Infopédia trata-se de um “fenómeno de intercâmbio cultural, social e político entre diferentes povos e comunidades, decorrente do desenvolvimento de uma economia de escala planetária” (Consultado a 11/02/2019). Ademais, Anthony Giddens define a globalização da seguinte forma:

the intensification of worldwide social relations which link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring many miles away and vice versa”

(Giddens 1990: 64)

O tema comum destas definições é a forte ligação criada entre países através da partilha cultural, social e política e graças ao desenvolvimento de uma economia mundial, que, consequentemente, vem afetar cada país em particular.

Cerca de 80 % da informação armazenada em computadores está em inglês (Graddol 2000: 50, citando McCrum et al. 1986) e mais de metade dos artigos técnicos e científicos do mundo são publicados em inglês. Ademais, os Estados Unidos da América (EUA) foram, durante quase 150 anos, a maior economia do mundo, representando pouco mais de 20 % do PIB mundial desde a década de 80. Estes factos apontam indubitavelmente para o impacto claro da língua inglesa, impacto este que foi potenciado pela globalização. Assim, a língua inglesa e a globalização andam de mãos dadas com o objetivo de facilitar a comunicação, os negócios e a política.

2.1.1. Uma língua global

David Crystal (2003: 3-5) defende que para uma língua se tornar global, esta precisa de desempenhar um papel especial reconhecido por cada país. Pode ser ou aceite como língua oficial de um determinado país, agindo como um canal de comunicação no governo, em tribunais, nos média e no sistema educacional; ou atuar

como prioridade no ensino de línguas estrangeiras de um país, sem possuir estatuto oficial. Em ambos os casos, a língua inglesa domina, tendo um estatuto oficial (de facto ou de direito) em cerca de 70 países e sendo ensinada em cerca de 100.

Apesar de o número de falantes ser importante e certos elementos gramaticais e lexicais apelativos poderem influenciar a ascensão de uma língua, esta torna-se global graças ao poder económico, político, tecnológico e cultural. Um bom exemplo é o latim, língua internacional durante o Império Romano, devido, não ao número de romanos, mas antes ao seu poder.

2.1.2. Expansão da língua inglesa

A língua inglesa esteve sempre em movimento, desde o século V, quando se começou a espalhar da Inglaterra pelas Ilhas Britânicas. No entanto, o maior passo a nível internacional ocorreu 300 anos depois, no final do século XVI. Depois de uma expedição falhada à América em 1584, os ingleses estabeleceram a colónia de Jamestown em 1607. Graças a toda a colonização que se seguiu, foram muitas as pessoas a emigrar da Europa para a América, o que resultou num aumento do uso da língua inglesa como língua materna. De acordo com o censo de 1990, o número de pessoas (com mais de cinco anos) que falava inglês em casa chegou aos 198 milhões, e em 2000 aos 215 milhões (Crystal 2003: 36).

Para além da América do Norte, a língua inglesa entrou em contacto com o Canadá, as Caraíbas, a Austrália, a Nova Zelândia, a África do Sul, o Sul da Ásia, a África Oriental e Ocidental, o Sudeste Asiático e o Pacífico Sul.

Assim sendo, tudo começou com o poder imperial e colonizador da Grã-Bretanha, nomeadamente as viagens pioneiras dos ingleses para a América e a Ásia, que foram seguidas de desenvolvimentos coloniais em África e no Pacífico Sul no século XIX. Por conseguinte, nos dias de hoje, a língua inglesa está representada em cada continente e em ilhas dos três oceanos principais (Atlântico, Índico e Pacífico).

O prestígio atual da língua inglesa deve-se à supremacia dos EUA principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Apesar da importância que a Grã-Bretanha teve na expansão da língua inicialmente, foram os EUA que possibilitaram a manutenção desta

posição hegemónica, ao terem emergido como potência económica, algo que será abordado mais à frente.

Socioculturalmente, a língua inglesa invadiu os domínios internacionais da política, do comércio, da segurança, da comunicação, do entretenimento, dos meios de comunicação e da educação, tornando as pessoas, por todo o mundo, dependentes da mesma para o seu bem-estar económico e social (Crystal 2003: 29-30). Domínios como a indústria de *software* são completamente dependentes da língua inglesa, sendo que o autor Graddol (2000: 8) lista outras indústrias na mesma situação (ver Anexo 4).

Muitos dos desenvolvimentos socioculturais mais importantes do século XX estabeleceram a posição de supremacia atual da língua inglesa.

Em primeiro lugar, no início do século XIX, a Grã-Bretanha tinha-se tornado a nação líder no que toca à indústria e ao comércio. A maioria das inovações da Revolução Industrial era de origem inglesa e este avanço tecnológico e científico introduziu um novo vocabulário, causando grande impacto na língua, pois quem quisesse saber mais sobre as inovações, teria de aprendê-la. Tais desenvolvimentos começaram a ocorrer também na América, que posteriormente se tornou na economia com o crescimento mais rápido, roubando a posição à Grã-Bretanha. Juntando a investigação norte-americana e britânica, cerca de metade da produção científica e tecnológica entre 1750 e 1900 foi redigida em inglês (Crystal 2003: 81).

Com tantas inovações, a língua inglesa começou a ser amplamente usada, tendo-se verificado pouca competição por parte das outras línguas nas mais diversas áreas.

Na imprensa, com os novos meios de produção e transporte e a nova tecnologia de impressão, o número de jornais publicados aumentou principalmente nos EUA, enquanto a censura continuava na Europa, impedindo que acompanhasse os desenvolvimentos nesta área verificados nos EUA. A publicidade em jornais e revistas foi igualmente uma aposta americana e devido ao crescimento dos mercados internacionais, a publicidade em *outdoors* e na televisão também. Assim, a influência norte-americana fez-se sentir quando os canais comerciais se começaram a desenvolver na Europa.

Igualmente no cinema, a Primeira Guerra Mundial veio abrandar o crescimento da indústria cinematográfica na Europa, fazendo com que a América do Norte a ultrapassasse, o que, incontestavelmente, resultou na utilização do inglês como língua dominante no cinema falado (parcial ou totalmente). Ainda hoje, os filmes em língua inglesa são predominantes na indústria cinematográfica ocidental e são normalmente grandes sucessos de bilheteira comparativamente a filmes noutras línguas.

Para além do cinema, a indústria discográfica foi uma das novas tecnologias de entretenimento a surgir no final do século XIX e na qual o domínio do inglês é igualmente óbvio. Em grande parte, é graças à música que as pessoas têm o seu primeiro contacto com a língua e, muitas vezes, para que um cantor ou banda seja reconhecido internacionalmente, tem de cantar em inglês. A música é, sem dúvida, um dos meios mais comuns de manifestação da língua inglesa a que todos têm acesso.

A indústria do turismo é outra área ilustrativa do impacto da língua inglesa. Neste contexto, a língua inglesa desempenha mais uma vez o papel de língua global, sendo através desta que muitos comunicam quando estão num país estrangeiro. Para além disso, em alguns países, como no caso de Portugal, os sinais nas janelas das lojas costumam estar escritos em inglês e os menus nos restaurantes apresentam uma versão inglesa, entre outros exemplos.

A língua inglesa é um agente internacional de comunicação ainda mais por ser a língua da Internet, um dos maiores meios de comunicação da atualidade.

Como grande parte do conhecimento mundial é transmitido pela língua inglesa, em áreas como a ciência e a tecnologia, é previsível que esta língua seja usada com propósitos educacionais, tanto como língua oficial ou como língua estrangeira principal nas escolas. Ao saber inglês, a probabilidade de se estar em contacto com a investigação e o pensamento mais recente é maior, tornando a sua aprendizagem essencial para o progresso.

Desde os anos 60, a língua inglesa tornou-se num meio de instrução no ensino superior em vários países, mesmo quando esta não é a língua oficial nos mesmos. Como língua da ciência e dos académicos, são vários os cursos ou unidades curriculares nas

universidades que são lecionados em inglês, algo que faz sentido quando a maior parte das publicações periódicas e textos científicos estão, de facto, em inglês e são cada vez mais os estudantes que vão estudar em países estrangeiros. Aliás, a introdução do processo de Bolonha e programas de estudo como o Erasmus promovem a mobilidade de estudantes que depois comunicam principalmente em inglês.

O domínio e influência dos EUA no mundo torna a aprendizagem da língua crucial para mercados internacionais em desenvolvimento e providencia acesso a recursos científicos tecnológicos e académicos aos países em desenvolvimento.

A ideia de que o mundo precisa de uma língua franca começou a surgir desde os anos 50 do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, quando a ONU e outros órgãos internacionais, como a UNESCO, a UNICEF, a OMS, nasceram. Tratando-se de organizações que representam vários países, a tradução e a interpretação deixaram de ser soluções viáveis – sendo, aliás, dispendiosas – e surgiu uma pressão para a adoção de uma língua franca que facilitasse a comunicação entre os membros e reforçasse as ligações internacionais. Assim, a língua inglesa e francesa eram as comumente escolhidas graças à sua influência política, económica ou religiosa.

Para além disto, a língua inglesa desempenha um papel oficial ou ativo nos procedimentos de muitas reuniões políticas em organizações como a União Europeia (UE) e a Associação das Nações do Sudeste Asiático e é a única língua oficial da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, por exemplo. Adicionalmente, são raras as organizações científicas e desportivas que não utilizam o inglês como única língua oficial. Quando uma organização apresenta mais do que uma língua oficial, normalmente é o inglês a língua mais ativa.

Em 2018, segundo o Ethnologue, o número de falantes nativos de inglês rondava os 378 milhões e o número de falantes não nativos rondava os 743 milhões, tornando a língua inglesa a mais falada no mundo devido à sua distribuição, ao contar com cerca de 1121 milhões de falantes.⁶ Esta distribuição pode ser observada através de um mapa⁷

⁶ Para mais informações, pode consultar o seguinte link: <https://www.ethnologue.com/guides/most-spoken-languages> (Consultado a 16/01/2019)

⁷ Para consultar o mapa, veja o link: https://telegraphtravel.carto.com/viz/6ed50706-eebe-11e6-a1c4-0ef24382571b/embed_map (Consultado a 11/02/2019)

interativo criado pela Telegraph Travel que mostra o número de falantes de inglês no mundo em 2017.

Em suma, apesar de o poder político e militar desempenharem um papel crucial na supremacia de uma língua, esta é mantida graças ao poder económico, tendo sido a proeminência económica dos EUA que permitiu a consolidação desta posição global. Considera-se ainda que a expansão do poder colonial britânico e o surgimento dos EUA como a maior potência económica do século XX foram os fatores que geraram o estatuto mundial atual da língua inglesa.

2.2. Na Europa

Para descrever a expansão da língua inglesa pelo mundo, o linguista Braj Kachru propôs uma abordagem na qual divide o mundo em três círculos concêntricos, cada um representando a forma como a língua foi adquirida e era utilizada na altura. A esta abordagem deu-se o nome de “Three Circle Model of World Englishes” (Kachru 1985).

Assim sendo, temos o Círculo Interno, o Círculo Externo e o Círculo em Expansão (ver Anexo 5). O Círculo Interno representa os países onde o inglês é a língua principal, na qualidade de língua nativa, com as bases tradicionais e linguísticas da língua inglesa. Os países são os EUA, Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália e Nova Zelândia e, de acordo com o modelo, estas fornecem as normas para os falantes não nativos.

O Círculo Externo engloba as nações onde a língua desempenha um papel de língua secundária num contexto multilingue e é utilizada pelas principais instituições, sendo adquirida como segunda língua ou L2. Estas nações não ditam as normas, mas desenvolvem-nas, isto é, pode verificar-se o surgimento de variedades não nativas da língua inglesa nas respetivas. Estas nações, na sua maioria, são antigas colónias dos países do Círculo Interno como a República do Gana, a Índia, a República do Quênia, a Nigéria, a Singapura, entre outras.

Por fim, o Círculo em Expansão inclui os países que reconhecem a importância da língua inglesa como língua internacional, mas não possuem um passado de colonização por membros do Círculo Interno, nem forneceram um estatuto administrativo especial à língua, sendo assim adquirida e utilizada como língua

estrangeira. Os países são a China, o Japão, grande parte da Europa – como, por exemplo a Polónia e os Países Baixos – e da América do Sul – como é o caso do Chile – e muitos outros, e estão dependentes das normas do Círculo Interno.

No entanto, graças ao desenvolvimento da língua inglesa, esta já não é apenas ensinada e aprendida nos países do Círculo em Expansão e a razão para a sua aprendizagem já não se limita à comunicação com o Círculo Interno e o Círculo Externo (Patil 2006), mas envolve também a comunicação entre países não nativos com diferentes línguas primárias. Em suma, com o crescimento da língua, as funções da mesma no Círculo em Expansão são agora mais abrangentes e o seu estatuto aumentou, sendo usada em muitos e diferentes domínios.

O domínio anglo-americano e os efeitos da globalização contribuíram para a afirmação da língua inglesa no mundo e a Europa não foi exceção. Nesta, a língua inglesa funciona como a língua de comunicação padrão em contextos multilingues e tem a sua presença estabelecida em domínios como o ensino superior, a publicidade, os média, a ciência e a tecnologia.

A comunicação entre europeus aumenta gradualmente com a inclusão de novos Estados-membros na União Europeia e ser proficiente em inglês é uma mais-valia, quer seja para conseguir um bom trabalho, viajar pelo mundo ou estar a par das notícias e tendências culturais (Cavalheiro 2008: 33).

Cada vez mais, esta língua é considerada a língua franca ou até mesmo a segunda língua da comunidade europeia devido à sua importante presença nos mais variados domínios, sendo assim estabelecido um contacto com a mesma para além do âmbito educativo.

Desde 1973, a Comissão Europeia criou o Eurobarómetro, uma série de inquéritos de opinião pública realizados em todos os Estados-membros sobre assuntos relacionados com a União Europeia. O mais recente Eurobarómetro sobre as atitudes

dos cidadãos da UE perante o multilinguismo e a aprendizagem de línguas estrangeiras⁸ foi efetuado em 2012, no qual foram abrangidos os 27 Estados-membros, com cerca de 27 000 pessoas – de diferentes grupos sociais e demográficos – entrevistadas pessoalmente na sua língua materna.

No que toca aos resultados das questões relativas a outras línguas que não a materna, ficamos a saber que a maioria (54 %) dos inquiridos consegue manter uma conversa noutra língua adicional, um quarto (25 %) em duas línguas adicionais e 10 % em pelo menos três, sendo que a língua estrangeira mais falada é o inglês com 38 %, seguido do francês com 12 %. Assim, a língua inglesa é a mais falada em 19 dos 25 Estados-membros onde não é uma língua oficial, ou seja, excluindo o Reino Unido e a Irlanda, dando especial relevo aos Países Baixos (90 %), Malta (89 %) e a Dinamarca e a Suécia (86 % cada). No entanto, os países onde há mais probabilidade de os entrevistados não conseguirem falar nenhuma língua estrangeira são a Hungria (65 %), a Itália (62 %), o Reino Unido e Portugal (61 % cada) e a Irlanda (60 %).

Para além disto, 44 % dos europeus afirma que compreendem, pelo menos, uma língua estrangeira num nível que os permite seguir as notícias na rádio ou na televisão e o mesmo acontece com a leitura de artigos de jornais ou revistas. Em ambos os casos, o inglês está em primeiro lugar com 25 %. No que toca à comunicação online (e-mail, redes sociais, etc.), 39 % afirma conseguir usar uma língua estrangeira, sendo o inglês outra a vez a mais mencionada com 26 %.

Finalmente, os europeus afirmam entrar em contacto com línguas estrangeiras ao ver filmes e televisão ou ouvir rádio (37 %), a usar a Internet (36 %) e a comunicar com amigos (35 %). Aliás, 27 % dos entrevistados usa línguas estrangeiras em conversas de trabalho e 50 % durante férias no estrangeiro.

Em termos educativos, o ensino da língua inglesa predomina na Europa, sendo a língua mais ensinada na educação primária, com a exceção da Bélgica e do Luxemburgo. No domínio profissional, o uso da língua inglesa é promovido no local de trabalho e são

⁸ Para mais informações, consultar SPECIAL EUROBAROMETER 386 – “Europeans and their languages” através do link: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf (Consultado a 13/02/2019).

várias as empresas que adotaram o inglês como língua oficial, mesmo quando não possuem sucursais em países anglófonos (Cavalheiro 2008: 46, citando Melchers & Shaw 2003).

Na esfera burocrática, a língua inglesa é a mais utilizada em organizações da União Europeia, principalmente em reuniões em que serviços de tradução e interpretação não são providenciados. Quanto à comunicação escrita, os textos costumam circular inicialmente em inglês, até uma tradução estar disponível.

Tal como se observa mundialmente, na Europa um dos meios de comunicação com mais alcance é a música, potenciada pela rádio e a Internet, e está essencialmente presente em inglês. Curiosamente, em 2001, no Festival Eurovisão da Canção, todos os países, excetuando a França, apresentaram uma música em inglês (Cavalheiro 2008: 48-49, citando Berns et al. 2007).

As indústrias televisiva e cinematográfica também proporcionam um grande contacto com a língua inglesa, mas nem todos os países na Europa fornecem um contacto direto como é o caso de Espanha e a Itália, por exemplo, cujos programas e filmes são dobrados. Pelo contrário, países como Portugal usam a legendagem, permitindo o contacto com a língua estrangeira.

Relativamente à publicidade, o uso do inglês cada vez mais se torna comum e apesar de poder atrair a atenção do consumidor, pode não ser muito eficaz dependendo do nível de proficiência do consumidor em questão. Em Portugal, é possível encontrar alguns exemplos quer em imagem ou vídeo. Os exemplos retirados foram da EasyJet, do McDonalds e um vídeo da Vodafone Portugal⁹ que utiliza termos como “*gamers*” e “jogo sem *lag*”. Mostram, assim, como a língua inglesa se “infiltra” casualmente na língua portuguesa.

⁹ Para consultar o vídeo, aceda ao seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=U-T1RVuv_Fg (Consultado a 20/02/2019).



Figura 1 - Anúncio publicitário da EasyJet



Figura 2 - Anúncio publicitário do McDonalds

Logo, tal como diz Philipson (2003, citado por Cavalheiro 2008: 52), a língua inglesa está a tornar-se progressivamente menos “estrangeira” na Europa.

2.3. Em Portugal

Portugal faz parte do Círculo em Expansão, de acordo com o modelo de Kachru (Leslie 2012: 3; Berns 1995: 8).

Apesar de ter sido criticado pelos seus limites e problemas, o objetivo aqui não é apresentá-los, mas antes usar este modelo como base teórica e um ponto de partida para posicionar Portugal no seu respetivo círculo e, conseqüentemente, analisar o papel da língua inglesa no país.

O contacto com a língua inglesa remonta à Idade Média, aquando da assinatura da Aliança Luso-Britânica, tornando a relação de Portugal e o Reino Unido uma das mais antigas relações de cooperação. Desde então outros laços políticos e económicos foram estabelecidos (Cavalheiro 2015: 98).

A relação de Portugal com os EUA também já é relativamente antiga, desde a Segunda Guerra Mundial com a base aérea militar das Lages, nos Açores, a servir de ponto de apoio para os EUA. A criação da Fundação Luso-Americana também serviu para promover a cooperação entre ambos.

Com a entrada de Portugal na União Europeia, o contacto com a língua tornou-se ainda mais evidente, dando acesso a novas oportunidades académicas e profissionais em vários domínios cuja língua principal, como já foi dito, é o inglês, assim como a comunicação e cooperação com outros países.

Uma das áreas onde o contacto é mais visível, como já sabemos, é nos média, principalmente a televisão e o cinema – através da tradução – e a rádio. A publicidade também é uma das áreas que emprega expressões em língua inglesa e, muitas vezes, tenta criar trocadilhos com as mesmas. Nos transportes públicos e pontos turísticos, em Lisboa, é possível, por vezes, encontrar informação em português e inglês. Por exemplo, as estações de metro apresentam avisos sobre carteiristas e vigilância e as máquinas de venda também apresentam uma opção em inglês.

No que toca à educação, existem escolas internacionais como a St. Peter's International School, onde muitas das horas de ensino são dedicadas à aprendizagem do inglês. Igualmente, no ensino superior, um exemplo de faculdade em que as aulas são dadas em inglês¹⁰ é a Nova School of Business & Economics, uma das mais prestigiadas internacionalmente. No entanto, são várias as faculdades que lecionam determinadas unidades curriculares em inglês, como é o caso da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Para além disto, de acordo com os *Números-Chave sobre o Ensino das Línguas nas Escolas da Europa 2012*¹¹, em Portugal:

Todas as escolas têm de oferecer o inglês como opção aos alunos entre os 6 e os 10 anos. Os alunos não são obrigados a aprender esta língua mas, na prática, quase todos o fazem.

(Eurydice, 2012: 149)

Segundo o Eurabarómetro 386 de 2012, os números de Portugal indicam que a língua estrangeira na qual os portugueses entrevistados conseguem manter uma conversa é o inglês com 27 %, seguida do francês (15 %) e o espanhol (10 %). Quanto à compreensão da língua ao ver ou ouvir notícias e a ler artigos de jornais e revistas, o inglês está em primeiro lugar com 20 % em ambos os casos. A comunicação *online* indica igualmente 20 % relativamente à língua inglesa.

Ademais, o uso da língua inglesa por parte dos portugueses acontece ao comunicar com amigos (30 %), em férias no estrangeiro (29 %) e a ver filmes/televisão e ouvir rádio (28 %).

¹⁰ No primeiro ano da licenciatura, os alunos podem escolher fazer o curso em inglês, português ou ambos.

¹¹ Para mais informações, consultar o documento completo em: [http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=5_KD_Linguas.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=5_KD_Linguas.pdf) (Consultado a 20/02/2019).

No entanto, em 2016 o Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou os resultados do inquérito *Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década – 2016*, onde se indica que:

Quanto às línguas estrangeiras mais conhecidas, destacam-se o inglês, para 59,6% da população que conhecia outra língua para além da materna, o francês (21,5%) e o espanhol (14,8%). Isolando o inglês, constata-se que 33,8% de quem conhecia esta língua conseguia perceber e comunicar razoavelmente e produzir textos simples e 25,6% dominavam-na perfeitamente (na forma oral e escrita).

(INE 2016)

Este segundo capítulo serve o propósito de contextualizar o leitor para a importância da língua inglesa no mundo. Tratando-se de um relatório cujo tema se refere à influência da língua inglesa, é relevante apresentar a forma como a mesma se expandiu para outros países e que domínios mais afeta, assim como, especificar a sua presença na Europa e em Portugal.

Devido a todos os fatores referidos anteriormente, é evidente que a língua inglesa desempenha o papel de língua pivô atualmente e, assim, na tradução, é comum recorrer-se à tradução indireta¹², um fenómeno cada vez mais comum devido à globalização. Trata-se de uma tradução de uma tradução, algo que aconteceu algumas vezes durante o estágio. Aliás, uma das principais traduções que serviram de análise para este relatório resulta de um documento originalmente redigido em polaco, traduzido para inglês e, a partir do inglês, traduzido para português. De qualquer forma, outros casos envolvendo outras línguas (como, por exemplo, o francês) também ocorreram. Deste modo, verifica-se o uso da língua inglesa com propósitos mediadores.

Assim, como refere Albl-Mikasa (2017: 378), é provável que os textos de partida possuam características híbridas e, segundo Pym (2001: 205 citado por Albl-Mikasa 2017:

¹² Outros termos conhecidos são “second-hand translation” (Toury 1995), “relay translation” (Dollerup 2000) e “mediated translation” (Pym 2011).

378), as traduções tornam-se agentes de “dehybridization” porque criam a ilusão de um texto não híbrido. As características híbridas são maioritariamente encontradas em documentos de organizações internacionais como a UE, mas também textos de empresas multinacionais (Taviano 2010: 8).

2.4. A língua inglesa atualmente

Apesar do contributo que o Império Britânico e a supremacia da América pós-guerra vieram trazer à expansão e consequente posição hegemónica da língua inglesa, atualmente esta já não está assente apenas no poder económico e político dos países que usam a língua como língua materna.

Como já foi dito anteriormente, o número de falantes não nativos ultrapassou o número de falantes nativos e na viragem do milénio, a língua inglesa chegou a um ponto crítico em que tamanha era a importância e popularidade da mesma que as pessoas começaram a aprendê-la e a usá-la por causa dessa mesma ubiquidade (Bennett & Queiroz de Barros 2017: 363).

Chan (2016) criou um índice – o Power Language Index (PLI) – com base nas oportunidades que uma língua oferece¹³ para medir a utilidade de uma língua. De acordo com o mesmo, a língua inglesa é a língua mais poderosa do mundo. Por sua vez, Ronen et al (2014) introduziu uma métrica de influência global de uma língua com base na estrutura de redes que ligam falantes multilingues e textos traduzidos, tal como expresso em traduções de livros, em edições da Wikipédia e no Twitter, às quais designa de “global language networks (GLNs)”. Conclui-se que a língua inglesa está situada no centro da estrutura destas redes, sendo assim a língua mais influente.

Logo, a língua inglesa define-se como a língua mais poderosa e influente da atualidade.

¹³ Nomeadamente a geografia (capacidade de viajar), a economia (capacidade de participar numa economia), a comunicação (capacidade de dialogar), o conhecimento e os média (capacidade de consumir conhecimento e média) e a diplomacia (capacidade de estabelecer relações internacionais).

Capítulo III: A tradução e o texto jurídico

A tradução jurídica enquadra-se na tradução técnico-científica porque envolve uma língua de especialidade no contexto do Direito, possuindo características da tradução técnico-científica e da tradução de carácter geral (Cao 2007: 8). A sua linguagem está relacionada com leis e processos jurídicos e reflete a história, a evolução, a cultura e, principalmente, a legislação de um sistema jurídico específico que varia de país para país (Cao 2010: 192).

[...] legal systems are peculiar to the societies in which they have been formulated. Each society has different cultural, social and linguistic structures developed separately according to its own conditioning. Legal concepts, legal norms and application of laws differ in each individual society reflecting the differences in that society.

(Cao 2010: 192)

A tradução jurídica pode ser classificada de acordo com a matéria dos textos de partida; com o estatuto dos textos de partida; com a função dos textos jurídicos na língua de partida; e ainda com a finalidade dos textos de chegada.

Apesar de a tradução jurídica ser um tipo de tradução técnico-científica, a informação que transmite não é universal porque cada linguagem jurídica é o produto de uma história e cultura. Assim, as suas características nem sempre poderão ser aplicadas de um país para outro.

[...] each legal system or family has its own characteristics and “a vocabulary used to express concepts, its rules are arranged into categories, it has techniques for expressing rules and interpreting them, it is linked to a view of the social order itself which determines the way in which the law is applied and shapes the very function of law in that society”

(David & Brierley 1985: 19, citados por Cao 2010: 193)

Os textos jurídicos são os textos produzidos ou usados para fins jurídicos em contextos jurídicos. Os seus tipos mais comuns, em geral, são documentos jurídicos privados, legislação nacional e instrumentos jurídicos internacionais. Dentro destes, a mestranda entrou em contacto apenas com documentos jurídicos privados, nomeadamente uma escritura e uns Termos e Condições.

Quanto aos primeiros, são escritos e usados por advogados em nome do cliente, podendo incluir escrituras, contratos, acordos, testamentos, entre outros. Em inglês, costumam apresentar palavras e expressões arcaicas como “aforementioned”, “hereinafter”, “said”, “such”, entre outras. A utilização de *word strings* ou *collocations* como “restriction, restraint, prohibition, intervention” e “change, modification, alteration”, para nomear alguns exemplos. Normalmente, as frases são longas e complexas e a voz passiva é frequentemente usada. Nos exemplos abaixo retirados das traduções levadas a cabo durante o estágio é possível encontrar algumas das expressões mencionadas:

Texto de partida (TP)	Texto de chegada (TC)
The Customer agrees for the <u>aforementioned</u> by placing an Order and <u>such</u> a situation will not constitute a basis for any claims.	O Cliente concorda com o <u>supramencionado</u> no momento do pedido da Encomenda e <u>tal</u> situação não constituirá base para quaisquer reivindicações.
The person acting on behalf of the represented company forms a limited liability company, <u>hereinafter</u> referred to as the Company.	A pessoa que age em nome da empresa representada constitui uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, <u>doravante</u> mencionada ¹⁴ como a Empresa.

¹⁴ A tradução de “referred” para “mencionada” foi corrigida posteriormente pelo revisor para “designada”.

No que toca à legislação nacional, os documentos traduzidos englobam a jurisdição bilingue ou multilingue, quando duas ou mais línguas são as línguas jurídicas oficiais (por exemplo, no Canadá); ou quando as leis de um país monolingue são traduzidas para uma língua estrangeira com fins informativos. Um aspeto comum em textos legislativos é a força ilocutória, ou seja, comunicar um objetivo ou intenção através de um enunciado, tal como obrigação, permissão e proibição. Isto pode ser feito com palavras como “may” e “shall”, por exemplo.

Relativamente à tradução de instrumentos jurídicos internacionais, esta envolve a tradução de documentos multilingues de instrumentos com as Nações Unidas e a União Europeia que têm várias línguas ou a tradução de tratados bilaterais.

3.1. Linguagens jurídicas

Segundo Cao (2007: 20), é possível identificar características linguísticas comuns entre diferentes linguagens jurídicas, que se manifestam no léxico, na sintaxe, na pragmática e no estilo.

Em relação ao léxico, as linguagens jurídicas apresentam um vocabulário complexo e único, sendo que cada uma tem o seu próprio vocabulário específico e nem sempre há uma equivalência terminológica entre elas. Quanto à sintaxe, a linguagem jurídica apresenta um registo formal cujas frases são longas e complexas, existindo peculiaridades sintáticas em cada língua. A respeito da pragmática, o uso de marcadores performativos é comum, nomeadamente verbos. Outro elemento em textos jurídicos é a ambiguidade e incertezas encontradas em estatutos e contratos, por exemplo. No que concerne ao estilo, em geral, está presente um estilo impessoal com frases declarativas.

Para exemplificar algumas destas características, é inserida abaixo uma das frases mais longas e complexas encontradas e traduzidas durante o estágio que, consequentemente, causou alguma ambiguidade.

TP	TC
If this obligation is not fulfilled, XXX may withhold from compensating any claims	Se esta obrigação não for cumprida, XXX pode recusar compensar quaisquer

of the Customer resulting from product defects until the amount equal to the decrease of the value of products due to their disposal by the Customer and other costs incurred due to that reasons by XXX are returned to XXX.	reivindicações do Cliente resultantes de defeitos do produto até o montante equivalente da redução do valor de produtos, devido ao seu escoamento pelo Cliente e outros custos incorridos pela mesma razão, ser devolvido a XXX.
---	--

O facto de esta frase no texto de partida não ter pausas, na forma de vírgulas, assim como a utilização de “due to” duas vezes e substantivos como “amount”, “decrease”, “value”, “disposal” tornou complexa a compreensão, sendo necessário ler a frase múltiplas vezes antes de traduzir. Também é possível encontrar o verbo “may”, um marcador performativo; a impessoalidade na forma do uso da terceira pessoa do singular e frases declarativas.

3.1.1. Texto jurídico inglês

Em *Legal Translation Explained*, Alcaraz e Hughes (2002), descrevem as principais características do inglês jurídico.

Assim, estas são o uso de **latinismos** como *sentencia*, *bona fide* e *res judicata*, termos estes que nem sempre se devem deixar por traduzir. Em alguns casos, a língua inglesa usa a expressão em latim ou um decalque, por exemplo: *mors civilis/civil death*. Curiosamente, os textos traduzidos durante o estágio não apresentaram latinismos.

Em segundo lugar, verificam-se **termos de origem francesa ou normanda** que sobreviveram desde a conquista normanda. Exemplos são “profit à prendre”, “chose”, “lien”. Ademais, alguns termos jurídicos terminados em “-age” da língua inglesa são produto da influência francesa, como, por exemplo, “salvage” e “damage”.

De seguida, o **registo formal**, a partir de uma sintaxe antiga e um vocabulário antiquado que se deve à conservação de termos que foram cunhados há séculos. Um exemplo desta conservação são **advérbios arcaicos** que se baseiam nos deíticos “here”, “there”, “where”, criando advérbios compostos como “hereinafter”, “hereby”, “whereby”, “thereunto”, etc. Igualmente, o uso de **sintagmas preposicionais** contribui

para o tom arcaico, tais como “pursuant to” e “without prejudice to”. Tal como se pode ver nos exemplos abaixo retirados das traduções levadas a cabo durante o estágio, a opção tradutória nos documentos trabalhados para estes casos foi a seguinte:

TP	TC
The Extraordinary General Meeting of the Company <u>hereby</u> adopts the consolidated text of the Company’s Memorandum of Association in the following wording: [...]	A Assembleia Geral Extraordinária da Empresa aprova <u>o presente</u> texto consolidado do Contrato Social da Empresa, na seguinte redação: [...]
<u>Thereby</u> , the information presented is only of an indicative nature and does not constitute a warranty within the meaning of the Civil Code [...]	<u>Deste modo</u> , a informação apresentada é apenas de natureza indicativa e não constitui uma garantia na aceção do Código Civil [...]
The share capital increase should be made <u>pursuant to</u> an ¹⁵ relevant resolution of the General Meeting of Shareholders	O aumento do capital social deverá ser feito <u>de acordo com</u> uma resolução relevante da Assembleia Geral de Acionistas.

Para além disto, verifica-se a **redundância**, isto é, a combinação de dois ou três sinónimos com um significado praticamente igual entre si (*doublets* e *triplets*). Alguns exemplos comuns são “without let or hindrance”, “null and void”, “sole and exclusive” e “give, devise and bequeath”.

Um exemplo retirado das traduções levadas a cabo durante o estágio é o seguinte:

TP	TC
----	----

¹⁵ Erro presente no documento em inglês.

1. Whenever the following <u>Terms and Conditions</u> refer to: [...]	1. Ao abrigo dos <u>Termos e Condições</u> que se seguem: [...]
---	---

A utilização frequente de **verbos performativos** como “agree”, “admit”, “pronounce” “swear”, “affirm” e “certify” e por aí em diante. Cao (2007) também menciona esta questão e apresenta marcadores performativos e outros verbos.

For instance, in English legal documents, ‘may’ and ‘shall’ are extensively employed. Performative verbs such as ‘declare’, ‘announce’, ‘promise’, ‘undertake’, ‘enact’, ‘confer’ and ‘amend’ are also common.

(Cao 2007: 22)

Tal como se pode ver nos exemplos abaixo retirados das traduções levadas a cabo durante o estágio, a opção tradutória nos documentos trabalhados para estes casos foi a seguinte:

TP	TC
By placing an Order, the Customer also <u>agrees</u> for all documents to be submitted to it in a form chosen by XXX, including a digital form.	Ao efetuar a Encomenda, o Cliente <u>acorda</u> ¹⁶ também que os documentos sejam entregues num formato escolhido por XXX, incluindo formato digital.
1. The Company <u>may</u> borrow from its shareholders.	1. A Empresa <u>pode</u> pedir empréstimos aos seus acionistas.
[...] Art. 192 of CC <u>shall</u> be applicable.	[...] o Artigo 192 do CC <u>deve</u> ser aplicável.

Finalmente, a linguagem jurídica utiliza **eufemismos** especialmente nas áreas que lidam com os aspetos mais graves como o crime ou atividade ilegal. Apesar da

¹⁶ Esta tradução foi posteriormente corrigida pelo revisor para: Ao efetuar a Encomenda, o Cliente concorda também que os documentos sejam entregues num formato escolhido pela XXX, incluindo formato digital.

predominância de uma linguagem arcaica, é possível começar a entrar em contacto com **novos coloquialismos contemporâneos**, como *hacking*, *money laundering* e *stalking*. Nenhum destes foi encontrado nos textos traduzidos.

Para complementar o que é referido por Alcaraz e Hughes (2002), Cao (2007) também faz alusão a certas características acerca do léxico e da sintaxe, nomeadamente, o uso de arcaísmos, a formalidade e o **uso da voz passiva** e da negação.

The English legal lexicon is full of archaic words, formal and ritualistic usage, word strings, common words with uncommon meanings and words of over-precision, among other.

In legal English, complex structures, passive voice, multiple negations, and prepositional phrases are extensively used.

(Cao 2007: 21)

Exemplos do uso da voz passiva podem ser observados abaixo, sendo que esta também se mantém no texto de chegada.

TP	TC
3. The amount and deadlines for making additional payments <u>shall be determined individually by</u> the resolution of the General Meeting of Shareholders.	3. O montante e os prazos para efetuar pagamentos adicionais <u>deverão ser determinados individualmente pela</u> resolução da Assembleia Geral de Acionistas.
The share capital was fully paid up in cash, and <u>the total shares were acquired by XXX</u> [...]	O capital social foi integralmente realizado em dinheiro e <u>o total de ações foi adquirido pela XXX.</u>

Gutumac (2011), na sua dissertação *Da dificuldade de traduzir textos jurídicos: um enfoque funcionalista*, ainda acrescenta como características do texto jurídico inglês as seguintes: **preferência por frases fixas; nominalização** (ainda que não tão frequente

como no texto jurídico português); **estruturas sintáticas menos frequentes** devido à inserção de informação entre o sujeito e o verbo; o uso da **terceira pessoa**, de **pronomes indefinidos** e de **verbos modais**.

Um exemplo retirado das traduções levadas a cabo durante o estágio do uso da terceira pessoa e do verbo modal “must” pode ser visto abaixo:

TP	TC
[...] <u>the Customer</u> <u>must</u> immediately inform XXX [...]	[...] <u>o Cliente</u> <u>deve</u> informar XXX imediatamente [...]

3.1.2. Texto jurídico português

Relativamente à linguagem jurídica portuguesa, é importante referir que algumas das características mencionadas anteriormente também se enquadram aqui.

Fresta (2013), no seu relatório de estágio *Dificuldades de tradução do texto jurídico inglês- português*, começa por as apresentar:

*[...] um **elevado nível de formalidade, impessoalidade e objectividade**, características que marcam a distância comunicativa entre o emissor deste tipo de textos e o receptor. Verifica-se um uso elevado de **latinismos**, por serem expressões consagradas desde há muito, e que têm a vantagem de ser unívocas.*

(Fresta 2013: 17, minha ênfase)

Gutumac (2011: 16) indica que o léxico jurídico português pode ser dividido em três grupos, parafraseando Alcaraz e Hughes (2002: 16-18), sendo que primeiramente há o grupo com termos técnicos exclusivos da esfera jurídica, como “curadoria”, “contraprestação contratual”, “sujeitos processuais”, “mandatário”; o segundo grupo que apresenta termos semitécnicos, ou seja, palavras tiradas da linguagem corrente que adquiriram aceções diferentes juridicamente; e o terceiro que inclui palavras da

linguagem corrente que não perderam o significado comum, nem adquiriram um novo significado jurídico, como, por exemplo, “dívida” e “declarar”.

Para além do nível de formalidade elevado e dos latinismos já referidos, a linguagem jurídica portuguesa também foi influenciada por línguas modernas como o francês, tendo o Direito português adotado, através do decalque, expressões como “força maior” (*force majeure*), “a título oneroso” (*à titre onéreux*) e empréstimos da língua inglesa como “dumping” e “leasing”.

Nas traduções levadas a cabo durante o estágio, foi possível encontrar um exemplo das expressões “force majeure” e “leasing”. Contudo, relativamente ao último, o termo em inglês não foi mantido na tradução. Os exemplos podem ser encontrados abaixo:

TP	TC
XXX reserves the right to postpone the deadline of the Order fulfilment indicated due to delays in delivery of the Product from the producer or in case of <u>force majeure</u> .	XXX reserva-se o direito de adiar o prazo da realização da Encomenda indicado devido a atrasos na entrega do Produto do fabricante ou em caso de <u>força maior</u> .
Financial <u>leasing</u> [...]	<u>Locação</u> financeira [...]

De acordo com Gutumac (2011):

*O uso de estrangeirismos justifica-se pela não existência de palavras nacionais capazes de exprimir o significado completo de uma expressão numa língua estrangeira. No entanto, os **latinismos**, os **francesismos** e os **anglicismos** são sobretudo usados nos textos jurídicos e abundam no jargão dos profissionais de Direito, mesmo quando existem correspondências na língua de chegada.*

(Gutumac 2011: 18, minha ênfase)

O texto português, tal como o inglês, utiliza **frases fixas** como “em conformidade com as disposições de” e “salvo disposições em contrário”. Utiliza também **frases longas e complexas**, podendo alguns artigos apresentar apenas uma frase com muitas orações subordinadas ou intercaladas. (Gutumac 2011: 19).

Um exemplo de frase fixa retirado das traduções levadas a cabo no estágio é o seguinte:

TP	TC
[...] adopted <u>in accordance with the provisions</u> of the Commercial Companies Code.	[...] adotados <u>em conformidade com as disposições</u> do Código das Sociedades Comerciais.

Uma das frases mais longas e complexas encontradas durante o estágio foi a seguinte:

TP	TC
The Customer, without prior written permission of XXX, is not entitled to make public or disclose to anyone information obtained as a result of concluding or performing sales agreements concluded on the basis of the Terms and Conditions, which concerns XXX, its interests, financial data or actions, including technical specifications and business secrets, regardless the source of such information and the fact if the information was disclosed with reservation of its confidentiality, unless	O Cliente, sem autorização escrita prévia de XXX, não pode divulgar ou tornar pública informação obtida como consequência da celebração de acordos de venda celebrados na base dos Termos e Condições, que dizem respeito a XXX, os seus interesses, dados ou ações financeiros, incluindo especificações técnicas e segredos comerciais, independentemente da fonte de tal informação e se a informação foi divulgada com ressalva da sua confidencialidade, exceto se tal informação for conhecida publicamente

such information is publicly known or must be disclosed to an authorised body.	ou tenha de ser divulgada a uma entidade autorizada.
--	--

Igualmente, o **uso da voz passiva** para criar uma certa neutralidade e impessoalidade é um dos aspetos característicos, pois mantém uma relação de distância entre a autoridade legislativa e os destinatários e estabelece um tom formal e objetivo. Pode também dar ênfase à ação em detrimento do agente. Os mesmos exemplos apresentados no subcapítulo relativo ao texto jurídico inglês aplicam-se aqui.

A criação de nomes a partir de outras classes gramaticais – a **nominalização** – é algo muito frequente nos textos jurídicos portugueses e é algo que também omite o agente e despersonaliza o texto.

Nas traduções levadas a cabo durante o estágio a ocorrência de nominalizações a partir de verbos do texto de partida foi algo recorrente, como pode ser observado abaixo:

TP	TC
XXX is not liable for the results of <u>processing</u> and/or <u>using</u> products by the Customer [...]	XXX não é responsável pelos resultados do <u>processamento</u> e/ou <u>utilização</u> de produtos pelo Cliente [...]
The Customer is liable for <u>providing</u> incorrect personal data.	O Cliente fica responsável pelo <u>fornecimento</u> de informação pessoal incorreta.
The share capital of the Company may be increased both by <u>raising</u> the nominal value of existing shares as well as by <u>creating</u> new shares.	O capital social da Empresa pode ser aumentado através do <u>aumento</u> do valor nominal de ações existentes, assim como através da <u>criação</u> de novas ações.

Na linguagem jurídica portuguesa também é habitual usar **estruturas sintáticas pouco frequentes na linguagem comum** através da inserção de informação entre o sujeito e o verbo e pode mesmo acontecer uma separação entre o verbo auxiliar e o principal. Outra estrutura sintática frequente no caso português é o **uso do sujeito pós-verbal**. Exemplos deste último surgiram nas traduções levadas a cabo no estágio, como podemos ver de seguida:

TP	TC
2. Shareholders may be required to make additional payments, with a total amount not exceeding 1,000 (thousand) of the value of the share as of the date of adoption of the resolution on making additional payments.	2. <u>Podem ser exigidos pagamentos</u> adicionais aos acionistas, num montante total que não exceda 1000 (mil) do valor da ação na data de adoção da resolução sobre a realização de pagamentos adicionais.
In cases not settled by the Terms, regulations of the Polish law shall apply, especially the provisions of the Act of the 23rd of April 1964 [...]	Em casos não acordados por estes Termos, <u>deverão ser aplicadas as regulamentações da lei polaca</u> , especificamente as disposições da Lei de 23 de abril de 1964 [...]
2. All data submitted to the Customer by XXX in relation to placing or confirming Orders and concluding and performing agreements are confidential.	2. <u>É confidencial toda a informação entregue</u> ao Cliente por XXX relativamente ao pedido ou à confirmação de Encomendas e à celebração de acordos.

Ademais, o **uso da terceira pessoa e de pronomes indefinidos** contribuiu para obter um nível de distanciamento entre o autor e o destinatário. Assim, os textos costumam estar escritos na terceira pessoa do singular ou do plural e são usados pronomes como “nenhum”, “aquele que”, “todos”.

O **uso de verbos normativos**, mais comum em textos legislativos, servem para exprimir direitos e obrigações, por exemplo, “deve”, “é proibido”, “pode”. Nas traduções levadas a cabo no estágio foi possível encontrar mais alguns exemplos disto, para além dos que já foram mencionados anteriormente:

TP	TC
2. Shareholders <u>shall</u> decide about the redemption of shares in the form of an appropriate resolution.	2. Os acionistas <u>deverão</u> decidir quanto ao resgate de ações na forma de uma resolução apropriada.
[...] the Customer <u>may</u> withdraw the Order [...]	[...] o Cliente <u>pode</u> anular a Encomenda [...]

Concluindo, deve ser referido que, ao contrário do que acontece com a língua inglesa, os textos jurídicos portugueses não costumam empregar muitos arcaísmos, assim como pares sinónimos (*doublets* e *triplets*).

3.2. Tradução jurídica certificada em notário

Um dos serviços prestados frequentemente pela Eurologos é a tradução jurídica certificada em notário, o tipo de tradução na qual, possivelmente, se poderá observar mais interferência inglesa.

Como o próprio diretor da empresa, Marco Neves, refere no seu blog, “uma tradução certificada, em Portugal, consiste num documento notarial [...], que certifica a identidade da pessoa que se apresenta como tradutor; já o tradutor assegura a fidelidade da tradução ao original apresentado” (2016).

Uma tradução certificada inclui a declaração do notário e do tradutor, assinada e carimbada; o original assinado e carimbado pelo tradutor e notário; e a tradução assinada e carimbada pelo tradutor e notário. Contudo, esta certificação pode também ser feita por advogados ou solicitadores.

Podem ser solicitadas a tradução certificada em notário em Portugal (que poderá não ser aceite noutro país); a tradução certificada em notário, em Portugal, com a certificação traduzida para a língua do país de destino da tradução ou para inglês; a tradução certificada em notário, em Portugal, com Apostilha de Haia (solicitada na Procuradoria-Geral da República), certificando a legalidade do documento em países signatários da Convenção de Haia; e a tradução certificada na embaixada do país de destino da tradução, processo necessário para países que não assinaram a Convenção de Haia. Relativamente a este último caso, alguns países poderão exigir certificação em notário, uma certificação intermédia numa Câmara de Comércio ou no Ministério dos Negócios Estrangeiros português e ainda a certificação da embaixada.

Em suma, a certificação atribui à tradução um valor legal, o valor de documento original no país de destino, pelo que a fidelidade ao original é um dos aspetos mais importantes. Se este apresentar um erro ortográfico no nome da pessoa em questão, este mesmo erro deverá ser mantido na tradução.

Capítulo IV: Interferências da língua inglesa na tradução jurídica

4.1. Inglês como língua franca

Como foi mencionado anteriormente, o número de falantes não nativos da língua inglesa já ultrapassou o número de falantes nativos. Desta forma, a comunicação feita em inglês entre falantes não nativos chega a ser superior comparativamente a interações entre falantes nativos e não nativos e até mesmo entre falantes nativos, algo especialmente notável na área do turismo (Graddol 2006: 29). É graças a este tipo de situações comunicativas que a língua inglesa assume um papel de língua franca, visto que pessoas que não partilham a mesma língua materna recorrem à língua inglesa para comunicarem entre si (Seidlhofer 2005: 339).

Apesar de várias designações¹⁷ terem surgido para descrever a utilização da língua inglesa na atual era de globalização, o termo English as a Lingua Franca (ELF) foi o que obteve maior consenso geral entre académicos contemporâneos (Cavalheiro, 2008: 20), tendo como figuras centrais Juliane House, Jennifer Jenkins e Barbara Seidlhofer, entre outras.

Esta variante do inglês é definida como uma língua de contacto usada entre falantes de diferentes línguas maternas (Jenkins 2009: 200) e como qualquer uso da língua inglesa entre falantes de diferentes línguas maternas para os quais esta língua é o meio de comunicação escolhido e frequentemente a única opção (Seidlhofer 2011: 7). Ainda que os falantes nativos de inglês correspondam a uma minoria no que toca à comunicação intercultural, não estão de alguma forma excluídos destas definições, uma vez que ELF funciona como um sistema linguístico adquirido adicional (Cogo & Jenkins 2010: 275).

Devido à necessidade da existência de uma descrição do uso de ELF por parte do maior grupo de falantes (os não nativos), foi desenvolvida investigação empírica para identificar, por exemplo, características fonológicas (Jenkins 2000, citada por Jenkins et al. 2011) e pragmáticas (House 1999, citada por Jenkins et al. 2011). No que toca a

¹⁷ Algumas das designações mais debatidas incluem English as an International Language (Widdowson 1997, Modiano 1999); General English (Ahlu 1997); World English (Brutt-Griffler 2002); World Standard (Spoken) English (McArthur 1987).

caraterísticas léxico-gramaticais, os estudos foram possibilitados graças a dois *corpora* de ELF, nomeadamente o Vienna-Oxford International Corpus of English (VOICE)¹⁸ e o English as a Lingua Franca in Academic settings (ELFA)¹⁹, mas apenas foram levantadas observações e hipóteses como as referidas abaixo por Seidlhofer (2004, citada por Jenkins, 2015: 54):

- uncountable nouns to countable, e.g. *informations, fundings, softwares*
- zero marking of 3rd person –s in present simple tense e.g. *she suggest*
- merging of who and which, e.g. *a paper **who** will be published*
- use of an all-purpose question tag, e.g. *isn't it? is it? no?*
- use of greater explicitness, e.g. *how long **time** (will you stay here)?*
- new use of morphemes, e.g. *forsify, boring**dom**, discriminization, levelize*

(Seidlhofer 2004, citada por Jenkins, 2015: 54)

Estudos de caso²⁰ sobre a segunda hipótese (a não concordância da terceira pessoa entre o sujeito e verbo) demonstram que a prioridade dos falantes – em certos excertos retirados do VOICE – ao usar a língua inglesa é a transmissão de conteúdo e uma comunicação efetiva em detrimento do uso de marcadores de prestígio e estatuto social (Breiteneder 2009: 263).

Contudo, as hipóteses levantadas por Seidlhofer são feitas com base em discurso oral e as caraterísticas híbridas levantadas por Taviano em “Translating ELF: Euro-English as a case study” (2010: 19-40) são de documentos da União Europeia e de empresas multinacionais, não se adequam ao *corpus* analisado para o presente relatório.

Assim, será utilizada, para o propósito do presente relatório, a definição de língua franca como definida pelo estudo “Lingua Franca: Chimera or Reality?”, publicado pela Direção Geral da Tradução (DGT) da Comissão Europeia:

¹⁸ Para mais informações, consulte o link: <https://www.univie.ac.at/voice/> (Consultado a 11/03/2019).

¹⁹ Para mais informações, consulte o link: <http://www.helsinki.fi/englanti/elfa/elfacorporus> (Consultado a 11/03/2019).

²⁰ Os estudos de caso consultados são da autoria de Angelika Breiteneder (2009) e Elisabeth Wacker (2011)

a vehicular language which allows inter-comprehension among people speaking different mother tongues, as a neutral language or jargon of which nobody can claim ownership, but also as the mother tongue of one of the parties in the exchange.

(DGT 2011: 8)

4.2. Corpus analisado no contexto da empresa

Como foi mencionado, os textos que serviram de análise para o presente relatório são uma escritura notarial e Termos e Condições (ver Anexo 6 e 7, respetivamente), sendo que a escritura foi redigida originalmente em polaco, traduzida para inglês e posteriormente traduzida para português pela mestranda. Nos anexos 8 e 9, é possível ver a versão corrigida pelo revisor de ambas as traduções, respetivamente.

O objetivo principal era o de perceber até que ponto as traduções efetuadas apresentavam interferências da língua inglesa, desde os sinais mais óbvios de exposição da mesma, nomeadamente empréstimos, *false friends*, decalques, siglas e acrónimos até aos aspetos mais discretos, especificamente a construção frásica, a voz ativa/passiva, entre outros.

4.3. Base teórica

A mestranda teve como base as publicações de Eduarda Cabrita (2012a, 2012b) sobre a exposição da língua inglesa na tradução jurídica em Portugal. Cabrita (2012a) foca-se especificamente na tradução de contratos e começa por descrever o estilo de redação de contratos portugueses como “conciso”, e baseado em leis para fornecer informação adicional, e o estilo de redação de contratos ingleses como “preciso”, sendo que a informação é dada minuciosamente e são apresentadas definições longas e exceções específicas. Em suma, os contratos ingleses apresentam uma carga de informação excessiva dentro dos padrões portugueses (2012a: 8).

Relativamente ao léxico, analisa dois exemplos: “consideration” e “joint venture”. O primeiro, que pode apresentar tanto um significado corrente como um

significado jurídico de “reward or payment for a service”²¹, agindo, assim, como *false friend* frequentemente, ao ser traduzido por “consideração” quando deveria ser “contraprestação contratual”. De facto, Cabrita refere que alguns dicionários jurídicos bilingues como o Chaves de Mello e o Noronha’s Legal Dictionary apresentam “consideração” como um dos significados de “consideration”, quando este termo não apresenta significado no contexto jurídico português.

O segundo é um conceito que não existe em Portugal e que, por tal razão, tornou-se comum a utilização do próprio termo em inglês. Porém, em 1981, o Decreto-Lei 231/81 veio sugerir a tradução “contratos de associação em participação”, mas o termo “joint venture” continua a ser o preferido dentro da comunidade jurídica e é também a primeira opção de tradução oferecida pela base terminológica multilingue da UE, IATE, em 23 entradas (2012b: 10).

Em relação a estes dois casos, Cabrita indica uma alta tolerância para a interferência através de um uso generalizado de *false friends* e empréstimos, algo encorajado por dicionários, base de dados *online* e até mesmo *templates* de contratos encontrados *online*.

Na segunda publicação (2012b), Cabrita analisa algumas entradas do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa (2001), para dar mais alguns exemplos.

Em primeiro lugar, dá exemplos de empréstimos como “factoring”, “franchise”, “leasing”, etc. que adquiriram um significado específico no contexto jurídico português. Apesar de existirem termos equivalentes em português, o termo inglês costuma ser usado em detrimento do português. Refere também exemplos de expressões híbridas como “contrato de *factoring*” e “contrato de *leasing*”.

A utilização de siglas e acrónimos é outro aspeto abordado. Os exemplos dados são CEO (Chief Executive Officer), ICC (International Chamber of Commerce) e LSE (London Stock Exchange). Segundo Cabrita (2012b: 11), nota-se uma preferência pelo

²¹ Definição tirada do Oxford Advanced Learner’s Dictionary por Cabrita (2012a: 10)

uso da sigla inglesa em detrimento da expressão portuguesa por extenso como “administrador executivo” ou “administrador delegado” para CEO e “Bolsa de Londres” para LSE. No caso de ICC, esta sigla inglesa é utilizada no lugar da portuguesa (CCI).

Apesar de se tratar de uma apresentação de exemplos específicos de expressões e não propriamente de uma leitura e análise textual da qual se retirou os respetivos exemplos, serviu como um ponto de partida para guiar a seguinte análise.

4.4. Análise de interferências

Tendo em vista o objetivo já referido, a análise das traduções passou por uma comparação bilingue de forma a identificar o seguinte:

- a) Extensão da frase, ou seja, se uma frase no TP correspondia a uma só frase no TC;
- b) Adoção ou não de empréstimos ou decalques no TC;
- c) Manutenção ou não da construção frásica do TP para o TC;
- d) Uso da voz passiva no TC em comparação com o TP;
- e) Conservação da classe gramatical verbal ou substituição por nominalização do TP no TC;
- f) Tratamento de acrónimos e siglas;
- g) *False friends*.

4.4.1. Escritura notarial

O primeiro documento traduzido a ser analisado trata-se de uma escritura notarial de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada polaca. O TP conta com um total de 1548 palavras.

a) Foi possível constatar que cada frase do TP corresponde, de facto, a uma só frase no TC;

b) O TP apresenta o termo “leasing” na expressão “financial leasing” nos segmentos 9 e 64, um dos empréstimos frequentemente adotados, como Cabrita (2012b) menciona. Porém, nesta tradução, o termo inglês não foi adotado no TC, tendo sido traduzido por “locação financeira”;

c) De uma forma geral, a construção frásica do TP manteve-se no TC, com a exceção do segmento 104, que fez uso do sujeito pós-verbal:

TP	TC
2. Shareholders may be required to make additional payments, with a total amount not exceeding 1,000 (thousand) of the value of the share as of the date of adoption of the resolution on making additional payments.	2. <u>Podem ser exigidos pagamentos adicionais</u> aos acionistas, num montante total que não exceda 1000 (mil) do valor da ação na data de adoção da resolução sobre a realização de pagamentos adicionais.

d) Sempre que o TP apresentou voz passiva, o TC reproduziu este aspeto. Os casos são os segmentos 92, 105, 115 e representam a voz passiva analítica (ou seja, construída com o verbo “ser” e o particípio do verbo principal). Apesar de a utilização da voz passiva sintética (construída com o verbo na terceira pessoa e o pronome reflexivo “-se”) ser, nestes casos concretos, uma alternativa válida, optou-se pela voz passiva analítica, seguindo o TP;

e) Nos segmentos 76 e 93, o TC optou por nominalizar os verbos:

TP	TC
p) <u>buying</u> and <u>selling</u> real estate, on own account [...]	p) <u>compra</u> e <u>venda</u> de bens imobiliários, por conta própria [...]
The share capital of the Company may be increased both by <u>raising</u> the nominal value of existing shares as well as by <u>creating</u> new shares.	O capital social da Empresa pode ser aumentado através do <u>aumento</u> do valor nominal de ações existentes, assim como através da <u>criação</u> de novas ações.

f) Não foram encontrados siglas e/ou acrónimos;

e) Não foram encontrados possíveis *false friends*.

4.4.2. Termos e Condições

Os Termos e Condições foram o texto de cariz jurídico com mais palavras traduzidas pela mestranda, nomeadamente, 3603. Trata-se de Termos e Condições de venda de produtos de uma sociedade por ações polaca.

a) Com exceção dos segmentos 664 e 666, a cada frase do TP correspondeu uma única frase do TC. Nestes dois casos, a frase do TP foi dividida em duas frases no TC com o objetivo de transmitir uma maior inteligibilidade, mesmo estas não sendo muito longas. Tal pode dever-se ao estilo de redação conciso português mencionado por Cabrita (2012a). Os exemplos encontram-se abaixo:

TP	TC
5. The Terms and Conditions have been drawn up in Polish and English, however, in case of any discrepancies between the two versions, the Polish version shall prevail.	5. Os Termos e Condições foram elaborados em polaco e inglês. No entanto, em caso de discrepâncias entre as duas versões, a versão polaca deverá prevalecer.
7. Information and photos of Products included in XXX's materials, price lists and folders as well as all samples and patterns are only of an informative nature and do not constitute an offer within the meaning of Art. 66 of the Civil Code, thereby, the presented traits of Products and their prices may deviate from the actual state and this will not constitute a basis for making claims against XXX.	7. Informação e fotografias de Produtos incluídas em materiais de XXX, listas de preços e pastas, assim como todas as amostras e modelos, são apenas de natureza informativa e não constituem uma oferta na aceção do Artigo 66 do Código Civil. Assim, as características de Produtos e respetivos preços podem divergir do estado atual e isto não constituirá base para a apresentação de reclamações contra XXX.

b) O termo francês “force majeure”, adotado como empréstimo pelos ingleses e presente no TP, é traduzido por “força maior” no segmento 683 do TC, expressão adotada pelo Direito português, através do decalque, como já tinha sido visto anteriormente (ver página 30).

c) Relativamente à construção frásica, esta nem sempre se manteve, nomeadamente em duas ocasiões principais. Nos segmentos 663 e 753, é possível observar a utilização do sujeito pós-verbal, sendo que no segmento 753, a mestranda procedeu a uma troca de ordem, começando o TC pela parte final do TP, como pode ser observado abaixo:

TP	TC
2. All data submitted to the Customer by XXX in relation to placing or confirming Orders and concluding and performing agreements <u>are confidential</u> .	2. <u>É confidencial</u> toda a informação entregue ao Cliente por XXX relativamente ao pedido ou à confirmação de Encomendas e à celebração de acordos.

Nas outras frases, a construção frásica manteve-se relativamente igual e tal, em alguns casos, pode ter levado a uma tradução mais próxima do TP, por vezes. Os segmentos 729, 742 e 745 são ilustrativos, sendo que a mestranda só ganhou consciência destas opções ao fazer a comparação bilingue para este propósito de análise.

Assim, respetivamente, temos a frase “all warranties and other liabilities [...] are passed to the Customer, if they may be transferred in accordance with applicable regulations [...]” que foi traduzida como “todas as garantias e outras responsabilidades [...] são passadas para o Cliente, se puderem ser transferidas de acordo com regulamentações aplicáveis [...]”.

De seguida, a frase “[...] making it difficult to establish the causes of their damage.” foi traduzida como “tornando difícil estabelecer as causas dos danos”. Aqui talvez o termo “determinar” em vez de “estabelecer” teria sido uma opção mais natural.

Finalmente, a frase “[...] does not constitute a form of disposing of Products infringing the aforementioned obligation.” foi traduzida como “não constitui uma forma de escoar produtos, infringindo a obrigação supramencionada.” Igualmente, uma opção mais natural podia ser “violar”.

d) A voz passiva do TP foi reproduzida pelo TC no segmento 702. Este foi, mais uma vez, um caso em que a voz passiva analítica foi usada em detrimento na voz passiva sintética, apesar de esta última ser válida.

e) No TC procedeu-se à nominalização de verbos do TP nos segmentos 666, 678, 717, 731, 744, 750, e 753.

f) Neste texto foi possível encontrar siglas e acrónimos como CISG, VAT e Incoterms. Quanto a CISG (Convention on Contracts for International Sale of Goods), apesar de se encontrar exemplos da tradução por extenso desta convenção, não foi encontrada uma sigla portuguesa, tendo-se mantido a inglesa. VAT foi traduzido por IVA e o termo “Incoterms” foi mantido. A manutenção deste último deveu-se ao facto de, durante a tradução, não se ter encontrado um consenso quanto ao termo equivalente em português e por se ter observado que o termo inglês era utilizado em textos da UE.

e) Nos segmentos 666, 679, 699, 700 e 747 foi encontrado o *false friend* “actual”. Esta palavra pode ser associada, incorretamente, ao significado de atual e corrente, quando, realmente, significa “real”. Esta palavra foi traduzida corretamente em apenas dois destes casos (segmentos 700 e 747). A mestranda foi, assim, induzida em erro pelo *false friend* nos restantes, sendo que só constatou a fazer esta análise. De qualquer forma, os casos dos segmentos 700 e 747 foram corretamente traduzidos porque o uso de “atual” no contexto dos mesmos não fazia sentido. Temos assim “[...] the Costumer will not be able to reject the Products in the quantity delivered and it will be obliged to pay the price appropriate to the actual quantity of the Products delivered.” e “The XXX’s liability for damages is always limited to the actual damage.”. Logo, através do contexto,

foi possível traduzir a frase corretamente, mas faltou uma pós-verificação de todas as ocorrências anteriores de “actual” para que se pudesse corrigir o erro antes de entregar a tradução ao revisor.

4.5. Notas conclusivas

A análise sugere que, até certo ponto, existem interferências da língua inglesa (umas mais conscientes do que outras) na tradução destes textos jurídicos para português, especialmente na manutenção de siglas e acrónimos, da voz passiva, da extensão das frases e da construção frásica e ainda o caso do *false friend* “actual”.

No entanto, as exceções encontradas na extensão das frases e na construção frásica, nomeadamente a divisão de uma frase em duas para maior inteligibilidade e a alteração de ordem através do uso do sujeito pós-verbal, assim como a utilização de “locação” em vez do empréstimo “leasing” e as nominalizações sugerem que as traduções em questão tinham como objetivo criar um texto jurídico que apresentasse características dos textos jurídicos portugueses. Tal também se pode dever a uma consciencialização por parte da mestranda no que toca à influência do inglês na tradução, obtida em unidades curriculares como Tradução do Texto Técnico e Tradução do Texto Científico, nas quais foram trabalhadas opções de tradução que contrariam essa tendência.

Esta análise teve como base, claramente, um *corpus* muito reduzido e uma só tradutora, daí ser importante haver mais textos analisados, traduzidos por vários tradutores (até mesmo de idades diferentes e com níveis de experiência e objetivos diferentes) para realmente se obter um panorama da situação geral e resultados interessantes e mais concretos. De qualquer forma, o presente relatório serviu para estudar uma amostra muito específica da empresa Eurologos pela mestranda.

CONCLUSÃO

O presente relatório teve como objetivos (1) descrever e problematizar o trabalho levado a cabo durante o estágio na empresa Eurologos e (2) aliar a experiência em estágio ao desenvolvimento de uma perspetiva crítica quanto à potencial influência da língua inglesa em tradução para português.

Para tal, o relatório foi dividido em quatro partes. Primeiramente, apresentou-se a empresa e descreveu-se a experiência em estágio tendo em conta os projetos que foram desenvolvidos ao longo do mesmo, tal como os problemas e soluções encontrados. De seguida, relatou-se a expansão da língua inglesa no mundo de forma a expor o papel importante e influente que desempenha nos dias de hoje e explicar como esta língua se afirmou também na Europa e, especificamente, em Portugal. Em terceiro lugar, explorou-se a tradução jurídica, abordando-se os principais tipos de textos jurídicos, as características gerais das linguagens jurídicas e, com mais pormenor, as características dos textos jurídicos inglês e português. Finalmente, foi efetuada a análise de interferências da língua inglesa na tradução em português com base nos textos jurídicos trabalhados em estágio, tendo-se apresentado as conclusões retiradas posteriormente.

No que concerne ao estágio, o estágio realizado na Eurologos foi uma experiência positiva, pois constituiu um primeiro contacto com o funcionamento de uma empresa e do mundo de trabalho da tradução e possibilitou a consolidação dos conhecimentos teórico-práticos obtidos durante a componente letiva do mestrado e, ainda, da licenciatura em Tradução. Através do estágio foi possível explorar também problemas e dificuldades de cariz variado, assim como estratégias para os combater.

No que concerne à análise crítica, o tema proposto permitiu aprofundar aspetos que raramente foram aprofundados durante a licenciatura e o mestrado, como a expansão da língua inglesa (e conseqüente surgimento de designações como ELF) e a tradução jurídica certificada em notário. Constatou-se ainda, na análise efetuada, alguma influência por parte da língua inglesa, especialmente na manutenção de certos aspetos e a indução em erro por parte de *false friends*, por exemplo. No entanto, a

seleção de um estilo de redação conciso e mais inteligível e natural para o leitor português, com características comumente associadas ao texto jurídico português foi tida em conta na respetiva amostra. É de notar, porém, que o *corpus* é muito reduzido para se poder chegar a conclusões claras.

No futuro, o desenvolvimento de estudos comparativos de traduções efetuadas em períodos diferentes por tradutores com níveis de experiência e/ou idades diferentes seria interessante para obter uma visão geral mais concreta da tolerância da influência da língua inglesa, assim como possivelmente chegar a uma conclusão sobre que fatores poderão dar origem a estas interferências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albl-Mikasa, Michaela. "ELF and translation/interpreting." Jenkins, Jennifer, Will Baker and Martin Dewey (eds.). *The Routledge Handbook of English as a Lingua Franca*. New York: Routledge, 2017. 369-383.
- Bennett, Karen and Rita Queiroz de Barros. "International English: its current status and implications for translation." *The Translator* 23:4, 2017: 363-370.
- Berns, Margie. "English in the European Union." *English Today* 1995: 3-11.
- Bowker, Lynne and Desmond Fisher. "Computer-aided translation." Gambier, Yves and Luc van Doorslaer (eds.). *Handbook of Translation Studies: Volume 1* 2010: 60-65. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins
- Breiteneder, Angelika. "English as a lingua franca in Europe: an empirical perspective." *World Englishes* 2009: 256-269.
- Cabrita, Eduarda. "English as a lingua franca in legal translation: The early stages of a research project." *Translation and the Reconfiguration of Power Relations. Revisiting Role and context of translation and interpreting* 2012a: 205-220.
- Cabrita, Eduarda Melo and Isabel Mealha. "EIL in Legal and Medical Portuguese: Contracts and Medical Research Articles." *Revista Anglo Saxonica, Série III, Nº4* 2012b: 53-72.
- Cao, Deborah. "Legal Translation." Gambier, Yves and Luc van Doorslaer (eds.). *Handbook of Translation Studies: Volume 1* 2010: 191-195. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins
- . *Translating Law*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters, 2007.
- Cavalheiro, Lili. *English as a European Lingua Franca: A Sociolinguistic Profile of Students and Teachers at the Faculty of Letters of the University of Lisbon*. Unpublished Master's thesis. University of Lisbon. Lisbon, 2008.
- . *English as a Lingua Franca: Bridging the Gap between Theory and Practice in English Language Teaching*. PhD dissertation. University of Lisbon. Lisbon, 2015.
- Chan, Kai. "These are the Most Powerful Languages in the World." *World Economic Forum*. 2 December 2016. [consultado em 25-03-2019]. <<https://www.weforum.org/agenda/2016/12/these-are-the-most-powerful-languages-in-the-world/>>.

- Cogo, Alessia and Jennifer Jenkins. "English as a Lingua Franca in Europe. A mismatch between policy and practice." *European Journal of Language Policy*. Liverpool: Liverpool University Press, 2010.
- Cogo, Alessia. "English as a Lingua Franca: concepts, use, and implications." *ELT Journal*, 66 (1) 2012: 97-105.
- Crystal, David. *English as a Global Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Dewey, Martin. "English as a lingua franca and globalization: an interconnected perspective." *International Journal of Applied Linguistics*, 17 (3) 2007: 332-354.
- Directorate-General for Translation. "Lingua Franca: Chimera or Reality?" *Studies on Translation and Multilingualism*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011.
- European Commission. "Special Eurobarometer 386 / Wave EB77.1 Special Eurobarometer. Europeans and their languages" 2012. [consultado em 13-02-2019]
<http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_386_en.pdf>
- Fresta, Maria. *Dificuldades de tradução do texto jurídico inglês-português*. Relatório de Estágio de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2013.
- Giddens, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Stanford, California: Stanford University Press, 1990.
- Graddol, David. *English Next*. United Kingdom: The British Council, 2006.
- . *The Future of English*. United Kingdom: The British Council, 2000.
- Gudumac, Ina. *Da Dificuldade de Traduzir Textos Jurídicos: Um Enfoque Funcionalista*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Lisboa, 2011.
- Instituto Nacional de Estatística. "Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década - 2016." 2017. [consultado em 27-02-2019].
<https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=313014545&ESTUDOSmodo=2>
- Jenkins, Jennifer. "English as a lingua franca: interpretations and attitudes." *World Englishes*, 28 (2) 2009: 200-207.
- . "Repositioning English and multilingualism in English as a Lingua Franca." *Englishes in Practices*, 2 (3) 2015: 49-85.

- Jenkins, Jennifer, Alessia Cogo and Martin Dewey. "Review of developments in research into English as a lingua franca." *Language Teaching*, 44 (3) 2011: 281-315.
- Kachru, Braj. "Standards, Codification and Sociolinguistic Realism: The English Language in the Outer Circle." Quirk, Randolph and HG Widdowson (eds.). *English in the World: Teaching and Learning the language and the literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. 11-16.
- Leslie, Carolyn. "Attitudes Towards English in Portugal." *e-TEALS: An e-journal of Teacher Education and Applied Language Studies* 3 2012: 1-14.
- . *The Spread of English in Portugal: A Contribution to an Understanding of the Phenomenon*. Masters Dissertation. Portsmouth University. Portsmouth, 2011.
- Mossop, Brian. *Revising and Editing for Translators*. London and New York: Routledge, 2014.
- Neves, Marco. "Perguntas sobre traduções certificadas em notário". [Blog]. *Eurologos-Portugal*. 28 de abril de 2014. [consultado em 22-02-2019]. <<https://eurologos-portugal.com/2014/04/28/perguntas-sobre-traducoes-certificadas-em-notario/>>
- Pereira, Ricardo. *Embracing English as a Lingua Franca: Learning from Portuguese Users of English in Higher Education*. PhD thesis. University of Lisbon. Lisbon, 2015.
- Ronen, Shahar, et al. "Links that speak: The global language network and its association with global fame." *Proceedings of the National Academy of Sciences*. USA: National Academy of Sciences, 2014.
- Seidlhofer, Barbara. "English as a Lingua Franca." *ELT Journal*, 59 (4) 2005: 339-341.
- Taviano, Stefania. *Translating English as a Lingua Franca*. Firenze: Le Monnier Università, 2010.
- Valdez, Susana. "Perceived and Observed Translational Norms in Biomedical Translation in the Contemporary Portuguese Translation Market: A Quantitative and Qualitative Product- and Process-Oriented Study." PhD dissertation. University of Lisbon and Ghent Universiteit, 2019.
- Wacker, Elisabeth. "English as a Lingua Franca and the third person -s." Unpublished BA thesis. University of Vienna, 2011.
- "globalização" in *Dicionário infopédia da Língua Portuguesa* [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. [consultado em 11-02-2019]. <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/globaliza%C3%A7%C3%A3o>>

“globalização”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013 [consultado em 11-02-2019]. <<https://dicionario.priberam.org/globalização>>

Anexo 1 – Tabela de projetos levados a cabo durante o estágio

Tradução				
	Nome do projeto	Pares de línguas	N.º de documentos	N.º total de palavras
	ELGPPT1809113767 – XXX_EN-PT	Inglês-Português	3	5673
	ELGPBE1809113795 - XXX	Inglês-Português	1	70
	ELGPBE1809113862 - XXX	Inglês-Português	1	46
	ELGPBE1809113871 - XXX	Inglês-Português	1	115
	ELGPPT1809113855A - XXX	Inglês-Português	1	1548
	ELGPPT1810113909EN – XXX	Inglês-Português	15	12.285
	memoQ Getting Started 8.2	Inglês-Português	1	7690
	ELGPPT1810114040 - XXX	Inglês-Português	8	3105
	About bad website translation	Inglês-Português	1	722
	How many pages can a professional	Inglês-Português	1	838

	translator translate per day?			
Transcrição				
	Nome do projeto	Línguas	N.º de documentos	N.º total de minutos
	ELGPPT1809113798B	Português	1	39:43:00
	ELGPPT1810113913	Português	2	39:07:00
Formatação				
	Nome do projeto	Línguas	N.º de documentos	N.º total de palavras
	notarial_deed_reportory_A_no._4009.2006	Polaco	1	1299
	Novo_Documento_2018-10-01_11.26.29	Português	2	443
	20180727 Documento n.º 9 - 11	Inglês	3	614
	20180727 Documento n.º 12, 13	Neerlandês	2	397
	Apostila	PT/ING/FR/ES	1	281
	escritura-de-habilitação	Português	1	668
	CARTA DE CURSO	Português	1	135

1541858299526_Néct ar_Menu	Português	1	526
Firmenbuchauszug mit 28.09.2018 + Ap	Alemão	2	625
Assento de Casamento	Português	1	366
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2013 - 2017	Português	5	1211
Declaração XXX	Português	1	147
Declaração XXX - Bomba	Português	1	116
Constitution XXX - Legalizado Singapur y Embajada ESP - 01.10.2018	Inglês	3	10.702

Revisão

Nome do projeto	Pares de línguas	N.º de documentos	N.º total de palavras
ELGPGB1809113746 - XXX	Inglês- Português	2	12.960
ELGPGB1809113747 - XXX	Inglês- Português (do Brasil)	2	12.960

ELGPBE1809113858 - XXX	Inglês- Português	2	11.080
Revisão 07-11	Inglês- Português	1	289
Synopsis XXX_ 1	Inglês- Português	1	1600
New Releases XXX	Inglês- Português	1	309

Anexo 2 – Orçamento de teste 1

Orçamento

Data: 11/15/2018
ORÇAMENTO N.º 1
Data de Validade:
12/15/2018

PARA

Bernardo Calhanas
The Translation Guy
Escritório n.º 12
Lisboa
[929102149]
ID do Cliente [BC192192]

Trabalho	Método de Envio	Data de Entrega	Termos de Pagamento
Tradução	E-mail	11/15/2018	Em 30 dias

N.º de palavras	Item N.º	Descrição	Preço por palavra	Desconto	Total da Linha
722			€0,05	0%	€36,1
					</

Orçamento elaborado por: Lara Brito

Este é um orçamento dos bens discriminados, sujeito às condições a seguir indicadas: (Descreva as eventuais condições que se apliquem a estes preços e os termos adicionais do acordo. Poderá incluir contingências que possam afetar o orçamento.)

Para aceitar este orçamento, assine aqui e devolva por correio: _____

Agradecemos o seu contacto!

X Translations Rua do Carmo, 1150-923 Telefone 291 403 952
Fax [000-000-0000] XXX@gmail.com

Anexo 3 – Orçamento de teste 2

Orçamento

Data: 11/26/2018
ORÇAMENTO N.º 2
Data de Validade:
12/26/2018

PARA

Bernardo Calhanas
The Translation Guy
Escritório n.º 12
Lisboa
[929102149]
ID do Cliente [BC192192]

Trabalho	Método de Envio	Data de Entrega	Termos de Pagamento
Tradução	E-mail	11/26/2018	Em 30 dias

N.º de palavras	Item N.º	Descrição	Preço por palavra	Desconto	Total da Linha
838			€0,08	5%	€64
				Total do Desconto	5% €64
				Subtotal	
				Imposto sobre Vendas	23%
				Total	€72,3

Orçamento elaborado por: Lara Brito

Este é um orçamento dos bens discriminados, sujeito às condições a seguir indicadas: (Descreva as eventuais condições que se apliquem a estes preços e os termos adicionais do acordo. Poderá incluir contingências que possam afetar o orçamento.)

Para aceitar este orçamento, assine aqui e devolva por correio: _____

Agradecemos o seu contacto!

X Translations Rua do Carmo, 1150-923 Telefone 291 403 952
Fax [000-000-0000] XXX@gmail.com

Anexo 4 – Principais domínios internacionais da língua inglesa

Retirado de *The Future of English?* de David Graddol (2000: 8).

- 1 Working language of international organisations and conferences
- 2 Scientific publication
- 3 International banking, economic affairs and trade
- 4 Advertising for global brands
- 5 Audio-visual cultural products (e.g. film, TV, popular music)
- 6 International tourism
- 7 Tertiary education
- 8 International safety (e.g. 'airspeak', 'seaspeak')
- 9 International law
- 10 As a 'relay language' in interpretation and translation
- 11 Technology transfer
- 12 Internet communication

Table 2 Major international domains of English

Anexo 5 – Os três círculos da língua inglesa por Kachru

Retirado de *The Future of English?* de David Graddol (2000: 10).

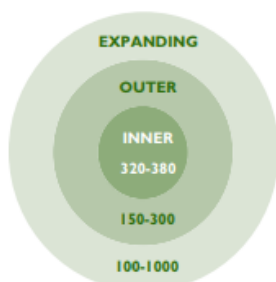


Figure 3 The three circles of English according to Kachru (1985) with estimates of speaker numbers in millions according to Crystal (1997)

Anexo 6 – Tradução da escritura notarial em formato RTF

1	"§ 4.	"§ 4.
2	The scope of the Company's commercial activity	O âmbito da atividade comercial da Empresa
3	I.	1.
4	The scope of the Company's commercial activity is any profit-oriented economic activity in Poland and abroad, conducted on its own account and in brokerage, in the following fields:[1]	O âmbito da atividade comercial da Empresa representa qualquer atividade económica com fins lucrativos na Polónia e no estrangeiro, conduzida por conta própria e em corretagem, nos seguintes domínios:[1]
5	accounting and bookkeeping activities (excluding the activities of statutory auditors and tax consultancy) (PKD 74.12.Z),[1]	a) atividades de contabilidade e escrituração (excluindo as atividades de revisores oficiais de contas e consultoria fiscal) (PKD 74.12.Z),[1]
6	activities related to management of holding companies (PKD 74.15.Z), [1]	b) atividades relacionadas com a gestão de sociedades gestoras de participações (PKD 74.15.Z), [1]
7	consultancy in the field of business and management activities (PKD 74.14.A),[1]	c) consultoria no domínio de atividades comerciais e de gestão (PKD 74.14.A),[1]
8	direction and management in the field of business operation (PKD 74. 14.B), [1]	d) orientação e gestão no domínio de operações comerciais (PKD 74. 14.B), [1]
9	Financial leasing (PKD 65.21 .Z),[1]	e) locação financeira (PKD 65.21.Z),[1]
10	other financial intermediation, not classified elsewhere (PKD 65.23.Z),[1]	f) outra intermediação financeira, não classificada (PKD 65.23.Z),[1]
11	auxiliary financial activities, not classified elsewhere[1]	g) atividades financeiras auxiliares, não classificadas[1]
12	advertising (PKD 74.40 .Z),[1]	h) publicidade (PKD 74.40.Z),[1]
13	other commercial activity not classified elsewhere (PKD 74.84.B),[1]	i) outras atividades comerciais não classificadas (PKD 74.84.B),[1]
14	data processing (PKD 72.30.Z),[1]	j) processamento de dados (PKD 72.30.Z),[1]
15	activities related to databases (PKD 72.40.Z),[1]	k) atividades relacionadas a base de dados (PKD 72.40.Z),[1]
16	other specialised wholesale activities (PKD 51.70.A),[1]	l) outras atividades retalhistas especializadas (PKD 51.70.A),[1]
17	other unspecialised wholesale activities (PKD 51.70.B),[1]	m) outras atividades retalhistas não especializadas (PKD 51.70.B),[1]
18	retail sale of non-food items in specialized stores, not classified elsewhere (PKD 52.48.G),[1]	n) venda a retalho de produtos não alimentares em lojas especializadas, não classificada (PKD 52.48.G),[1]
19	development and sale of real estate, on own account (PKD 70.11.Z),[1]	o) promoção e comercialização de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.11.Z),[1]
20	buying and selling real estate, on own account (PKD 70.12.Z),[1]	p) compra e venda de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.12.Z),[1]
21	real estate rental, on own account (PKD 70.20.Z),[1]	q) arrendamento de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.20.Z),[1]
22	management of non-residential real estate (PKD 70.32.B), [1]	r) gestão de bens imobiliários não residenciais (PKD 70.32.B),[1]
23	market and public opinion research (PKD 74.13.Z),[1]	s) estudos de mercado e sondagens de opinião (PKD 74.13.Z),[1]
24	other forms of granting loans (PKD 65.22.Z).[1]	t) outras formas de concessão de empréstimos (PKD 65.22.Z).[1]

25	In the above scope, the Company conducts the import and export of goods and services. [1]	Conforme o âmbito supramencionado, a Empresa efetua a importação e exportação de bens e serviços. [1]
26	2.[1]In the event that any of the above activities requires consent, concession, confirmation or any another form of decision from the competent state administration body, the Company will conduct such activity only after obtaining such a decision.[1]	2.[1]Caso alguma das atividades referidas exija consentimento, concessão, confirmação ou qualquer outra forma de decisão por parte de um órgão de administração pública competente, a Empresa efetua tal atividade apenas após obter tal decisão.[1]
27	3.[1]The Company operates on the territory of the Republic of Poland as well as abroad,[1]	3.[1]A Empresa opera no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro.[1]
28	4.[1]Within the scope of point 1 mentioned above, the Company may open and run its subsidiaries, branches and representative offices as well as other organisational units on the territory of the Republic of Poland as well as abroad.[1]	4.[1]Conforme o referido acima no ponto 1, a Empresa pode abrir e dirigir as filiais, as sucursais e os gabinetes de representação, assim como outras unidades organizacionais no território da República da Polónia e no estrangeiro.[1]
29	5.[1]The Company is entitled to participate in other commercial entities and both create and join any business organisations operating on the territory of the Republic of Poland as well as abroad."[1]	5.[1]A Empresa tem o direito de participar noutras entidades comerciais e tanto criar como associar-se a quaisquer organizações empresariais que operem no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro."[1]
30	Re 5.	Re 5.
31	Mr XXX acting on behalf of the sole shareholder of the Company, exercising the rights vested in the General Meeting of Shareholders, in accordance with Article 156 of the Commercial Companies Code, adopted the following resolution:[1]	Sr. XXX, atuando por conta do único acionista da Empresa, exercendo os direitos adquiridos na Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o Artigo 156 do Código das Sociedades Comerciais, adotou a seguinte resolução:[1]
32	\[illegible signatures]	\[assinaturas ilegíveis]
33	3	3
34	Resolution No. 2	Resolução n.º 2
35	Extraordinary General Meeting of Shareholders	Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas
36	Company under the name	Empresa sob o nome
37	XXX limited liability company with headquarters in Warsaw	XXX sociedade anónima de responsabilidade limitada com sede em Varsóvia
38	on 13 April 2006	a 13 de abril de 2006
39	The Extraordinary General Meeting of the Company hereby adopts the consolidated text of the Company's Memorandum of Association in the following wording:[1]	A Assembleia Geral Extraordinária da Empresa aprova o presente texto consolidado do Contrato Social da Empresa, na seguinte redação:[1]
40	MEMORANDUM OF ASSOCIATION	CONTRATO SOCIAL
41	LIMITED LIABILITY COMPANY	SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA
42	§ I.	§ 1.
43	Company formation	Constituição da Empresa
44	The person acting on behalf of the represented company forms a limited liability company, hereinafter referred to as the Company.	A pessoa que age em nome da empresa representada constitui uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, doravante mencionada como a Empresa.
45	§ 2.	§ 2.

46	The Company name and headquarters	Nome e sede da Empresa
47	1.[1]The Company operated under the name of XXX Limited Liability Company.[1]	1.[1]A Empresa que opera sob o nome XXX Sociedade Anónima De Responsabilidade Limitada.[1]
48	2.	2.
49	The Company may use a shortened version of the name:	A Empresa pode usar uma versão abreviada do nome:
50	XXX sp. z o.o. as well as XXX spółka z o.o.[1]	XXX sp. z o.o., assim como XXX spółka z o.o.[1]
51	3.	3.
52	The Company headquarters is in the capital city of Warsaw.[1]	A sede da Empresa situa-se na capital administrativa de Varsóvia.[1]
53	§ 3.	§ 3.
54	Duration of the Company	Duração da Empresa
55	Duration is unrestricted.[1]	A duração é ilimitada.[1]
56	§ 4.	§ 4.
57	The scope of the Company's commercial activity	O âmbito da atividade comercial da Empresa
58	I.	1.
59	The scope of the Company's commercial activity is any profit-oriented commercial activity in Poland and abroad, conducted on its own account and in brokerage, in the following areas:[1]	O âmbito da atividade comercial da Empresa representa qualquer atividade económica com fins lucrativos na Polónia e no estrangeiro, conduzida por conta própria e em corretagem, nos seguintes domínios:[1]
60	accounting and bookkeeping activities (excluding the activities of statutory auditors and tax consultancy) (PKD 74.12.Z),[1]	a) atividades de contabilidade e escrituração (excluindo as atividades de revisores oficiais de contas e consultoria fiscal) (PKD 74.12.Z),[1]
61	activities related to management of holding companies (PKD 74.15.Z), [1]	b) atividades relacionadas com a gestão de sociedades gestoras de participações (PKD 74.15.Z), [1]
62	consultancy in the field of business and management activities (PKD 74.14.A),[1]	c) consultoria no domínio de atividades comerciais e de gestão (PKD 74.14.A),[1]
63	direction and management in the field of business operation (PKD 74.14.B),[1]	d) orientação e gestão no domínio de operações comerciais (PKD 74.14.B),[1]
64	Financial leasing (PKD 65.21.Z),[1]	e) locação financeira (PKD 65.21.Z),[1]
65	other financial intermediation, not classified elsewhere (PKD 65.23.Z),[1]	f) outra intermediação financeira, não classificada (PKD 65.23.Z),[1]
66	auxiliary financial activities, not classified elsewhere [1]	g) atividades financeiras auxiliares, não classificadas [1]
67	advertising (PKD 74.40.Z),[1]	h) publicidade (PKD 74.40.Z),[1]
68	other commercial activity not classified elsewhere (PKD 74.84.B),[1]	i) outras atividades comerciais não classificadas (PKD 74.84.B),[1]
69	data processing (PKD 72.30.Z),[1]	j) processamento de dados (PKD 72.30.Z),[1]
70	activities related to databases (PKD 72.40.Z),[1]	k) atividades relacionadas a base de dados (PKD 72.40.Z),[1]
71	other specialised wholesale (PKD 51.70.A),[1]	l) outras atividades retalhistas especializadas (PKD 51.70.A),[1]
72	other unspecialised wholesale (PKD 51.70.B),[1]	m) outras atividades retalhistas não especializadas (PKD 51.70.B),[1]
73	4	4

74	n)[1]retail sale of non-food items in specialized stores, not classified elsewhere (PKD 52.48.G),[1]	n)[1]venda a retalho de produtos não alimentares em lojas especializadas, não classificada (PKD 52.48.G),[1]
75	o)[1]development and sale of real estate, on own account (PKD 70.11.Z),[1]	o)[1]promoção e comercialização de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.11.Z),[1]
76	p)[1]buying and selling real estate, on own account (PKD 70.12.Z),[1]	p)[1]compra e venda de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.12.Z),[1]
77	q)[1]real estate rental, on own account (PKD 70.20.Z),[1]	q)[1]arrendamento de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.20.Z),[1]
78	r)[1]management of non-residential real estate (PKD 70.32.B),[1]	r)[1]gestão de bens imobiliários não residenciais (PKD 70.32.B),[1]
79	s)[1]market and public opinion research (PKD 74.13.Z),[1]	s)[1]estudos de mercado e sondagens de opinião (PKD 74.13.Z),[1]
80	t)[1]other forms of granting loans (PKD 65.22.Z).[1]	t)[1]outras formas de concessão de empréstimos (PKD 65.22.Z).[1]
81	In the above scope, the Company conducts the import and export of goods and services.	Conforme o âmbito supramencionado, a Empresa efetua a importação e exportação de bens e serviços.
82	2.	2.
83	In the event that any of the above activities requires consent, concession, confirmation or any another form of decision from the competent state administration body, the Company will conduct such activity only after obtaining such a decision.[1]	Caso alguma das atividades referidas exija consentimento, concessão, confirmação ou qualquer outra forma de decisão por parte de um órgão de administração pública competente, a Empresa efetua tal atividade apenas após obter tal decisão.[1]
84	3.[1]The Company operates on the territory of the Republic of Poland as well as abroad.	3.[1]A Empresa opera no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro.
85	4.[1]Within the scope of point 1 mentioned above, the Company may open and run its subsidiaries, branches and representative offices as well as other organisational units on the territory of the Republic of Poland as well as abroad.[1]	4.[1]Conforme o referido acima no ponto 1, a Empresa pode abrir e dirigir as filiais, as sucursais e os gabinetes de representação, assim como outras unidades organizacionais no território da República da Polónia e no estrangeiro.[1]
86	5.[1]The Company is entitled to participate in other economic entities and both create and join any business organisations operating on the territory of the Republic of Poland as well as abroad. "[1]	5.[1]A Empresa tem o direito de participar noutras entidades económicas e tanto criar como associar-se a quaisquer organizações empresariais que operem no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro."[1]
87	§ 5.	§ 5.
88	Share capital	Capital social
89	The Company share capital amounts to 50,000 PLN (in words: fifty thousand zloty) and is divided into 100 (in words: one hundred) equal and indivisible shares of 500 PLN (in words: five hundred zloty) each.[1]	O capital social da Empresa equivale os 50.000 PLN (por extenso: cinquenta mil zloty) e está dividido em 100 (por extenso: cem) ações iguais e indivisíveis de 500 PLN (por extenso: quinhentos zloty) cada.[1]
90	Shareholders are permitted to own more than one share.	Os acionistas podem ter mais que uma ação.
91	Each share gives the right of one vote at the General Meeting of Shareholders.[1]	Cada ação dá direito a um voto na Assembleia Geral de Acionistas.[1]
92	The share capital was fully paid up in cash, and the total shares were acquired by XXX sp. o.o. based in Katowice.[1]	O capital social foi integralmente realizado em dinheiro e o total de ações foi

		adquirido pela XXX sp. o.o. sediada em Katowice.[1]
93	The share capital of the Company may be increased both by raising the nominal value of existing shares as well as by creating new shares.[1]	O capital social da Empresa pode ser aumentado através do aumento do valor nominal de ações existentes, assim como através da criação de novas ações.[1]
94	The newly created shares may be paid in cash and non-cash contributions.	As ações recém-criadas podem ser pagas em entradas monetárias ou não monetárias.
95	For this purpose, the shareholders may, by adopting a resolution amending the Memorandum of Association, increase the share capital by allocating funds from supplementary capital or reserve capitals (funds) created from the Company's profit (increase of the share capital from the Company's resources).	Para este efeito, os acionistas podem, ao adotar uma resolução que retifique o Contrato Social, aumentar o capital social ao alocar fundos de prestações suplementares ou capitais (fundos) de reserva criados a partir do lucro da Empresa (aumento do capital social dos recursos da Empresa)
96	In such case, the new shares are vested in the shareholders in relation to their existing shares and do not require acquisition.[1]	Nesse caso, as novas ações são transferidas aos acionistas em relação às suas ações existentes e não requerem aquisição.[1]
97	The share capital increase should be made pursuant to an relevant resolution of the General Meeting of Shareholders.	O aumento do capital social deverá ser feito de acordo com uma resolução relevante da Assembleia Geral de Acionistas.
98	The increase of the share capital up to the amount of 15,000,000 PLN (in words: fifteen million zloty), pursuant to the resolution of the shareholders undertaken during the period from 31 (thirty-first) December 2010, does not constitute an amendment to the Memorandum of Association.[1]	O aumento do capital social até um montante de 15.000.000 PLN (por extenso: quinze milhões de zloty), de acordo com a resolução dos acionistas adotada durante o período desde 31 (trinta e um) de dezembro de 2010, não constitui uma retificação ao Contrato Social.[1]
99	§ 6.	§ 6.
100	Loans and additional payments	Empréstimos e pagamentos adicionais
101	1.[1]The Company may borrow from its shareholders.[1]	1.[1]A Empresa pode pedir empréstimos aos seus acionistas.[1]
102	\\illegible signature]	\\assinatura ilegível]
103	5	5
104	2.[1]Shareholders may be required to make additional payments, with a total amount not exceeding 1,000 (thousand) of the value of the share as of the date of adoption of the resolution on making additional payments.[1]	2.[1]Podem ser exigidos pagamentos adicionais aos acionistas, num montante total que não exceda 1000 (mil) do valor da ação na data de adoção da resolução sobre a realização de pagamentos adicionais.[1]
105	3.[1]The amount and deadlines for making additional payments shall be determined individually by the resolution of the General Meeting of Shareholders.[1]	3.[1]O montante e os prazos para efetuar pagamentos adicionais deverão ser determinados individualmente pela resolução da Assembleia Geral de Acionistas.[1]
106	4.[1]The rules and deadlines of returning the additional payments are set out in the resolution of the Shareholders' Meeting, adopted in accordance with the provisions of the Commercial Companies Code.[1]	4.[1]As regras e prazos para a devolução dos pagamentos adicionais são estabelecidos na resolução da Assembleia de Acionistas, adotados em conformidade com as disposições do Código das Sociedades Comerciais.[1]

107	§ 7.	§ 7.
108	Selling and pledging of shares	Venda ou penhora de ações
109	Shares may be sold and pledged.[1]	As ações podem ser vendidas ou penhoradas.[1]
110	Shareholders have the right to sell their shares only after prior approval of the General Meeting of Shareholders, granted in the form of a resolution.[1]	Os acionistas têm o direito de vender as suas ações apenas após aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas, concedida sob a forma de uma resolução.[1]
111	Pledging of shares may only be made after prior approval of the Shareholders' Meeting, granted in the form of a resolution.[1]	A penhora de ações apenas pode ser realizada após aprovação prévia da Assembleia de Acionistas, concedida sob a forma de uma resolução.[1]
112	Any shareholder carrying out regulations on their shares is in violation of the provisions of this paragraph and shall be ineffective with respect to the Company.[1]	Qualquer acionista com regulações associadas às ações está a violar as disposições deste parágrafo e deverá ser considerado inefetivo no que diz respeito à Empresa.[1]
113	§ 8.	§ 8.
114	Redemption of shares	Resgate de ações
115	1.[1]Shares in the Company's share capital may be redeemed from the share capital or from net profit without decreasing the share capital.	1.[1]Ações no capital social da Empresa podem ser resgatadas do capital social ou do resultado líquido sem diminuir o capital social.
116	The Company may acquire its own shares for redemption.[1]	A Empresa pode adquirir as suas próprias ações para resgate.[1]
117	2.[1]Shareholders shall decide about the redemption of shares in the form of an appropriate resolution.[1]	2.[1]Os acionistas deverão decidir quanto ao resgate de ações na forma de uma resolução apropriada.[1]
118	§ 9.	§ 9.
119	Disposal of profit	Eliminação de lucro
120	The net profit of the Company may, in whole or in part, be excluded from the division between shareholders and be intended for purposes specified in the resolution of the General Meeting of Shareholders.[1]	O resultado líquido da Empresa pode, no todo ou em parte, ser excluído da divisão entre acionistas e destinar-se a fins especificados na resolução da Assembleia Geral de Acionistas.[1]
121	The Shareholders' Meeting is entitled to both create and liquidate reserve funds.[1]	A Assembleia de Acionistas tem direito a criar e liquidar fundos de reserva.[1]
122	The Shareholders' Meeting is entitled to make decisions regarding the replenishment of reserve funds.[1]	A Assembleia de Acionistas tem direito a tomar decisões relativamente à reposição de fundos de reserva.[1]
123	The Management Board is authorised to pay the shareholders advance payments towards the anticipated dividend for the financial year if the Company has sufficient funds to do so.[1]	O Conselho de Administração está autorizado a pagar adiantamentos aos acionistas para o dividendo antecipado do ano financeiro se a Empresa tiver fundos suficientes para tal.[1]
124	The Management Board may decide to pay an interim dividend if the Company's financial statements for the previous financial year indicated a profit.	O Conselho de Administração pode decidir pagar um dividendo provisório se as demonstrações financeiras da Empresa para o ano financeiro anterior indicaram lucro.
125	The advance may not be more than half of the profit earned since the end of the last financial year, increased by unpaid profits from previous financial years and reduced by losses from previous years as well as	O avanço não deve ser mais de metade do lucro obtido desde o fim do último ano financeiro, aumentado por lucros não pagos dos anos financeiros anteriores e reduzido por perdas de anos anteriores,

	the amount of reserve capital created in accordance with the Memorandum of Association.	assim como o montante do capital de reserva criado em conformidade com o Contrato Social.
126	§ 10.	§ 10.
127	Company organs	Órgãos da empresa
128	Company organs are:	Os órgãos da empresa são:
129	Shareholders' Meeting and Management. [1]	Assembleia Geral e Gestão de Acionistas. [1]

Anexo 7 – Tradução dos Termos e Condições em formato RTF

648	§ 1 General provisions, jurisdiction and applicable law.	§ 1 Disposições gerais, jurisdição e direito aplicável.
649	1.[1]Whenever the following Terms and Conditions refer to:	1.[1]Ao abrigo dos Termos e Condições que se seguem:
650	a)[1]XXX - it should be understood as the XXX-XXX joint-stock company with its registered office in Aleksandrow Lodzki, entered Into the Register of Entrepreneurs kept by the District Court for Lodz - Srodmiesscie in Lodz, 20th Commercial Division of the National Court Register, under No. XXX, Tax Identification Number:	a)[1]XXX - deverá ser entendida como a sociedade por ações XXX-XXX com escritório registado em Aleksandrow Lodzki, inscrita no Registo de Empresário, mantida pelo Tribunal do Distrito de Lodz - Srodmiesscie em Lodz, 20ª Divisão Comercial do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, conforme N.º XXX, Número de Identificação Fiscal:
651	XXX, Polish National Business Registry Number:	XXX, Número de Registo Comercial Nacional Polaco:
652	XXX, share capital:	XXX, capital social:
653	7,030,000.00 PLN, fully paid-up.	7.030.000,00 PLN, pago na totalidade.
654	b)[1]Products - should be understood as goods offered by XXX;	b)[1]Produtos - deverão ser entendidos como mercadorias fornecidas por XXX;
655	c)[1]Customer - should be understood as an entity, regardless of its organisational or legal form, which concludes a Products sales agreement with XXX within the scope of its business activity,	c)[1]Cliente - deverá ser entendida como uma entidade, independentemente da sua forma organizacional ou legal, que celebra um acordo de venda de Produtos com XXX no âmbito da sua atividade económica,
656	d)[1]Order - should be understood as an offer made by the Customer to XXX concerning conclusion of a Products sales agreement;	d)[1]Encomenda - deverá ser entendida como uma oferta feita pelo Cliente a XXX relativa à celebração de um acordo de venda de Produtos;
657	e)[1]Parties - should be understood as XXX and the Customer together.	e)[1]Partes - deverão ser entendidas como XXX e o Cliente juntos.
658	2.[1]The following Sales Terms and Conditions constitute a framework agreement describing rules of cooperation applicable to the relation between XXX and its Customer related to conclusion of agreements, unless other written agreements concluded with the Customer state otherwise.	2.[1]Os seguintes Termos e Condições de Venda constituem um acordo-quadro que descrevem as regras de cooperação aplicáveis à relação entre XXX e o seu Cliente relativamente à celebração de acordos, salvo disposição em contrário noutros acordos por escrito celebrados com o Cliente.
659	These Terms and Conditions shall apply to the extent in which the relation between XXX and the Customer is not regulated by the agreement concluded with the Customer.	Estes Termos e Condições são aplicáveis na medida em que a relação entre XXX e o Cliente não está regulamentada pelo acordo celebrado com o Cliente.
660	Just like the agreement made in writing, Incoterms and other rules describing conditions of a given transaction have priority over these Terms, provided that XXX will accept such rules for the given transaction clearly in writing.	Tal como no acordo por escrito, os Incoterms e outras regras que descrevam as condições de uma dada transação têm prioridade sobre estes Termos, desde que XXX aceite claramente tais regras para a transação indicada, por escrito.
661	3.[1]The Terms are applicable to agreements concluded between XXX and the Customer, only if due to the Customers seat or other circumstances of the transaction, the transaction is subject	3.[1]Os Termos são aplicáveis a acordos celebrados entre XXX e o Cliente, somente se devido à sede do Cliente ou outras circunstâncias da transação, a transação está sujeita a uma lei que não a da República da Polónia.

	to law other than the law of the Republic of Poland.	
662	4.[1]The Terms, as well as all agreements concluded on their basis, are governed entirely by the law of the Republic of Poland.	4.[1]Os Termos, tal como todos os acordos celebrados nessa base, são regidos totalmente pela lei da República da Polónia.
663	In cases not settled by the Terms, regulations of the Polish law shall apply, especially the provisions of the Act of the 23rd of April 1964 - the Civil Code (hereinafter referred to as CC) and the UN Convention on Contracts for International Sale of Goods drawn up in Vienna on the 11th of April 1980 (hereinafter referred to as CISG) to the extent not excluded by the Terms.	Em casos não acordados por estes Termos, deverão ser aplicadas as regulamentações da lei polaca, especificamente as disposições da Lei de 23 de abril de 1964 - o Código Civil (doravante referido como CC) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias, elaborada em Viena a 11 de abril de 1980 (doravante referida como CISG) à medida não excluída pelos Termos.
664	5.[1]The Terms and Conditions have been drawn up in Polish and English, however, in case of any discrepancies between the two versions, the Polish version shall prevail.	5.[1]Os Termos e Condições foram elaborados em polaco e inglês. No entanto, em caso de discrepâncias entre as duas versões, a versão polaca deverá prevalecer.
665	6.[1]All conflicts between the Parties resulting from the Terms or agreements concluded on their basis will be settled by a Polish court appropriate for the seat of XXX.	6.[1]Todos os conflitos entre as Partes que resultem dos Termos e acordos celebrados nessa base serão resolvidos por um tribunal polaco apropriado à sede de XXX.
666	7.[1]Information and photos of Products included in XXX# materials, price lists and folders as well as all samples and patterns are only of an informative nature and do not constitute an offer within the meaning of Art. 66 of the Civil Code, thereby, the presented traits of Products and their prices may deviate from the actual state and this will not constitute a basis for making claims against XXX.	7.[1]Informação e fotografias de Produtos incluídas em materiais de XXX, listas de preços e pastas, assim como todas as amostras e modelos, são apenas de natureza informativa e não constituem uma oferta na aceção do Artigo 66 do Código Civil. Assim, as características de Produtos e respetivos preços podem divergir do estado atual e isto não constituirá base para a apresentação de reclamações contra XXX.
667	8.[1]Unless it has not been stated otherwise clearly, all prices in catalogues and price lists of XXX are net prices expressed in Euros and calculated for a EXW Aleksandrow Lodzki delivery (INCOTERMS 2010) and thereby, after concluding the agreement, taxes, fees and similar liabilities may be added to them, if, according to the law, XXX will be obliged to pay or charge them or if it will be necessary in order to fulfil the agreement concluded with the Customer and in such a case, the Consumer will be obliged to pay the additional fees together with the price.	8.[1]A menos que especificado o contrário, todos os preços em catálogos e listas de preços de XXX são preços líquidos expressos em Euros e calculados para uma entrega EXW Aleksandrow Lodzki (INCOTERMS 2010) e, assim, após a celebração do acordo, impostos, taxas e responsabilidades semelhantes poderão ser adicionados aos mesmos, se, de acordo com a lei, XXX for obrigado a pagar ou a cobrá-los ou se for necessário para cumprir o acordo celebrado com o Cliente, caso no qual o Cliente será obrigado a pagar as taxas adicionais juntamente com o preço.
668	§ 2 Placing, confirming and cancelling Orders	§ 2 Efetuar, confirmar e cancelar Encomendas

669	1.[1]Each sales of Products is based on an Order placed by e-mail or at a XXX sales representative.	1.[1]Cada venda de Produtos baseia-se numa Encomenda efetuada por e-mail ou num representante de vendas de XXX.
670	Each Order should contain at least one designation of the Customer, the date as well as quantity and quality of Products ordered.	Cada Encomenda deverá conter pelo menos uma designação do Cliente, a data, tal como a quantidade e qualidade dos Produtos encomendados.
671	2.[1]An agreement is deemed to be concluded at the moment the Customer receives a confirmation of placing an order, of if it does not, at the moment of delivery.	2.[1]Considera-se que um acordo é celebrado quando o Cliente recebe confirmação do pedido da encomenda, ou se não, aquando da sua entrega.
672	In case there are liabilities payable by the Customer, XXX reserves the right to suspend performance of the agreement concluded until the liabilities are settled, or, if their settlement is doubtful, XXX may withdraw from the agreement.	Caso hajam passivos a pagar pelo Cliente, XXX reserva-se o direito de suspender o cumprimento do acordo celebrado até os passivos serem liquidados, ou, se a liquidação for duvidosa, XXX poderá anular o acordo.
673	XXX may withdraw from the agreement also if its performance is impossible or if it would be related to excessive costs.	XXX poderá igualmente anular o acordo se o seu cumprimento for impossível ou se estiver relacionado com custos excessivos.
674	3.[1]In case of agreements concluded on the basis of the Terms Art. 49 of CISG is not applicable, and the Customer may withdraw the Order or withdraw from a concluded agreement in any other way only with a clear consent of XXX.	3.[1]No caso de acordos celebrados na base dos Termos, o Artigo 49 da CISG não é aplicável e o Cliente pode anular a Encomenda ou anular o acordo celebrado de qualquer forma com consentimento de XXX.
675	Obtaining such a consent may depend on returning or securing costs incurred by XXX in relation to the start of processing the Order.	Obter tal consentimento pode depender de despesas de devolução e segurança suportadas por XXX em relação ao início do processamento da Encomenda.
676	4.[1]An order or other statement submitted by the Customer will be effective only if it has been written in Polish or English.	4.[1]Uma encomenda ou outra declaração entregue pelo Cliente apenas será válida se estiver escrita em polaco ou inglês.
677	Statements written in any other language will not be accepted, without the need to inform the Customer about the fact.	Declarações escritas noutra língua não serão aceites, sem que seja necessário informar o Cliente de tal facto.
678	5.[1]At the time of placing the first or a subsequent Order, XXX will be authorised to verify data of the Customer in VIES or another system or in a database in which the data of the Customer will be disclosed to XXX in accordance with applicable regulations, without the need to notify the Customer about the fact.	5.[1]Na altura do pedido da primeira ou seguinte Encomenda, XXX estará autorizado a verificar os dados do Cliente no VIES ou outro sistema ou numa base dados em que os dados do Cliente estarão disponibilizados a XXX de acordo com regulamentações aplicáveis, sem que seja necessário notificar o Cliente de tal facto.
679	In case of any doubts concerning the identity of the Customer or conformity of the data disclosed with the actual data, XXX will have the right to request a copy of valid documents confirming the legal status of the Customer, authorisations of specific persons to act on the Customers behalf and the financial situation of the Customer.	No caso de quaisquer dúvidas relativamente à identidade do Cliente ou conformidade dos dados disponibilizados com os dados atuais, XXX terá direito a pedir uma cópia de documentos válidos que confirmem o estatuto legal do Cliente, autorizações de pessoas específicas para atuar por conta do Cliente e da sua situação financeira.
680	In case the Customer is requested to provide such documentation, XXX will	Caso seja pedido ao Cliente que forneça tal documentação, XXX terá o direito de

	have the right to suspend fulfilment of the Order until the Customer fully complies with the aforementioned obligation.	suspender a realização da Encomenda até que o Cliente cumpra com a obrigação supramencionada.
681	§ 3 Terms and conditions of Order fulfilment.	§ 3 Termos e condições da realização da encomenda.
682	1.[1]Time of fulfilling an Order depends on Products availability in the XXX or Producers storehouse and thereby it may vary.	1.[1]O tempo de realização de uma Encomenda depende dos Produtos disponíveis no armazém de XXX ou dos Fabricantes e, por esta razão, pode variar.
683	XXX reserves the right to postpone the deadline of the Order fulfilment indicated due to delays in delivery of the Product from the producer or in case of force majeure.	XXX reserva-se o direito de adiar o prazo da realização da Encomenda indicado devido a atrasos na entrega do Produto do fabricante ou em caso de força maior.
684	The Customer agrees for the aforementioned by placing an Order and such a situation will not constitute a basis for any claims.	O Cliente concorda com o supramencionado no momento do pedido da Encomenda e tal situação não constituirá base para quaisquer reivindicações.
685	2.[1]The term of fulfilment of an Order as well as other terms presented to the Customer by XXX should be understood as maximum period during which the order may be fulfilled or in which the event indicated may occur, and thereby, the Customer is not entitled to reject a service provided earlier than at the deadline and such an early provision of a service will not constitute a basis for ant claims.	2.[1]O termo de realização de uma Encomenda tal como outros termos apresentados ao Cliente por XXX devem ser entendidos como o período máximo durante o qual a encomenda pode ser realizada ou no qual o evento indicado possa ocorrer e, deste modo, o Cliente não está autorizado a rejeitar um serviço prestado mais cedo que o prazo e tal disposição antecipada de um serviço não constituirá base para quaisquer reivindicações.
686	Art. 52 point 1 of CISG is not applicable.	Artigo 52, 1.º ponto de CISG não é aplicável.
687	3.[1]Delivery of products, unless otherwise agreed between XXX and the Customer, will take place in accordance with the EXW Aleksandrow Lodzki terms (INCOTERMS 2010).	3.[1]Entrega de produtos, salvo decisão em contrário entre XXX e o Cliente, será efetuada de acordo com os termos de EXW Aleksandrow Lodzki (INCOTERMS 2010).
688	Acceptance of any other terms of delivery is possible{MQ}only with a clear consent of XXX.	A aceitação de outros termos de entrega é possível{MQ}com o consentimento de XXX.
689	The Customer is obliged to inform XXX about the date and hour at which the Customer will collect the Products no later than 24 hours before the time of collection.	O Cliente é obrigado a informar XXX sobre a data e a hora na qual o Cliente irá recolher os Produtos no mínimo 24 horas antes da receção.
690	In case the aforementioned obligation[1]is{MQ}not complied with, XXX will be entitled to suspend loading of products until the end of the business day following the day the Customer arrives to collect the products, which will not constitute a basis for any claims.	Caso a obrigação supramencionada[1]não{MQ}for cumprida, XXX estará autorizado a suspender o carregamento de produtos até ao fim do dia útil que se segue ao dia em que o Cliente vai levantar os produtos, o que não constituirá base para quaisquer reivindicações.
691	4.[1]XXX reserves the right to issue VAT invoices as a confirmation of sales agreements concluded, which will not	4.[1]XXX reserva-se o direito de emitir faturas de IVA como confirmação de acordos de venda celebrados, que não

	have to be signed by the Customer, for which the Customer agrees by placing an Order.	serão assinados pelo Cliente, pelo que o Cliente acorda ao efetuar a Encomenda.
692	5.[1]XXX is obliged to submit documents concerning products at latest at the moment of their collection by the Customer from XXX# storehouse or from the carrier.	5.[1]XXX é obrigado a entregar documentos relativos a produtos, o mais tardar, no momento do levantamento pelo Cliente do armazém de XXX ou da transportadora.
693	In case the documents are submitted earlier, XXX reserves the right to correct any data included in them until the deadline of their submission for which the Customer agrees by placing an Order.	Caso os documentos sejam entregues antecipadamente, XXX reserva-se o direito de corrigir quaisquer dados neles incluídos até o prazo da sua entrega pela qual o Cliente acorda ao pedir a Encomenda.
694	Such a situation will not constitute a basis for any claims.	Tal situação não constituirá base para quaisquer reivindicações.
695	Art. 34 of CISG is not applicable within this scope.	Artigo 34 do CISG não é aplicável neste âmbito.
696	By placing an Order, the Customer also agrees for all documents to be submitted to it in a form chosen by XXX, including a digital form.	Ao efetuar a Encomenda, o Cliente acorda também que os documentos sejam entregues num formato escolhido por XXX, incluindo formato digital.
697	6.[1]In justified cases, XXX reserves the right to request prepayment In the amount indicated at its sole discretion.	6.[1]Em casos justificados, XXX reserva-se o direito de pedir pré-pagamento no valor indicado por iniciativa própria.
698	Prepayment does not constitute a down payment within the understanding of Art. 394 of the CC.	O pré-pagamento não constitui um adiantamento ao abrigo do Artigo 394 do CC.
699	7.[1]XXX would like to warn that due to the capacity of collective and individual packaging, the actual quantity of Products may be different by +/-10% than the quantity indicated in the Order, which will not be deemed as improper performance of the agreement and which will not constitute a basis for any claims of the Customer.	7.[1]XXX gostaria de avisar que devido à capacidade de embalagem coletiva e individual, a quantidade atual de Produtos pode divergir por cerca de 10 % da quantidade indicada na Encomenda, que não será considerado como cumprimento impróprio do acordo e que não constituirá base para quaisquer reivindicações do Cliente.
700	In such a case, the Parties will deem the agreement to be performed by XXX correctly and the Customer will not be able to reject the Products in the quantity delivered and it will be obliged to pay the price appropriate to the actual quantity of the Products delivered.	Nesse caso, as Partes considerarão que o acordo está a ser cumprido corretamente por XXX e o Cliente não poderá rejeitar os Produtos na quantidade entregue e será obrigado a pagar o preço apropriado da quantidade real dos Produtos entregues.
701	8.[1]When collecting Products, the Customer is obliged to verify their quality and quantity on the basis of the Order placed and the Agreement concluded as well as to inspect them for any damages or defects in a presence of an employee of XXX or an entity transporting the Products, and in case of any non-compliances, the Customer must immediately inform XXX, draw up a damage/non-compliance report and take any actions required by law in order to secure any potential claims against the Products carrier.	8.[1]Ao levantar Produtos, o Cliente é obrigado a verificar a sua qualidade e quantidade na base da Encomenda efetuada e do Acordo celebrado, assim como procurar por danos ou defeitos na presença de um empregado de XXX ou de uma entidade que transporta os Produtos e, no caso de não conformidade, o Cliente deve informar XXX imediatamente, elaborar um relatório de danos/não conformidade e tomar todas as medidas previstas por lei de forma a assegurar quaisquer potenciais reivindicações contra a transportadora de Produtos.

702	The report shall be confirmed by the carrier or the XXX employee.	O relatório deverá ser confirmado pela transportadora ou pelo empregado de XXX.
703	If there is no immediate notification, XXX will deem the Order as accepted with no reservations.	Se não há notificação imediata, XXX considerará a Encomenda como aceite sem ressalvas.
704	9.[1]Handing over products to a person receiving them on behalf of the Customer from the XXX storehouse may occur only on the basis of a valid goods dispatched note issued by an authorised employee of XXX and signed by the person receiving the Products.	9.[1]A entrega de produtos à pessoa que os recebe no lugar do Cliente no armazém de XXX pode proceder-se apenas na base de um aviso de envio de mercadoria válido emitido por um empregado autorizado de XXX e assinado pela pessoa que recebe os Produtos.
705	The Customer undertakes that each person receiving the Products on its behalf will have an appropriate authorisation confirmation to collect them and to receive a VAT invoice, which shall include at least: first and last name of the person, the manufacturer and the registration number of the car on which the products are to be loaded.	O Cliente assegura que cada pessoa que vá receber os Produtos no seu lugar terá uma confirmação de autorização apropriada para levantar e receber uma fatura do IVA que deverá incluir pelo menos: primeiro e último nome da pessoa, o fabricante e o número de registo do carro no qual os produtos serão carregados.
706	If the aforementioned obligation is not fulfilled, XXX reserves the right to refuse to handover the products, which will result in deeming the collection not to be on time.	Se a obrigação supramencionada não for cumprida, XXX reserva-se o direito de recusar a entrega de produtos, o que resultará em considerar que o levantamento não será realizado no horário previsto.
707	In each case, issuing products and a VAT invoice to a person arriving on behalf of the Customer will be deemed as effective handing over of the products to an authorised person and acceptance of the invoice by the Customer.	Em qualquer caso, emitir produtos e uma fatura do IVA à pessoa que vai receber os produtos no lugar do Cliente será considerado uma entrega válida dos produtos a uma pessoa autorizada e a aceitação da fatura pelo Cliente.
708	10.[1]The person handing over the Products has the right to demand an ID of the person receiving the goods.	10.[1]A pessoa que entrega os Produtos tem o direito de pedir a identificação da pessoa que recebe as mercadorias.
709	In case the person receiving the goods refuses to show his/her ID, Products will not be handed over and their collection will be deemed as not made on time.	Caso a pessoa que recebe as mercadorias recusar-se a mostrar a identificação, os Produtos não serão entregues e a sua recolha será considerada como não tendo sido realizada no horário previsto.
710	11.[1]In case Products are not collected on time, XXX will be entitled to charge the Customer with a contractual penalty of 5 EUR for each started pallet space needed to appropriately store uncollected goods for each day of the delay.	11.[1]No caso de Produtos não levantados no horário previsto, XXX estará autorizado a cobrar ao Cliente uma multa contratual de 5 EUR por cada espaço de palete necessário para armazenar apropriadamente mercadorias não recolhidas por cada dia de atraso.
711	In such a case, the Products will be issued to the Customer only after the Customer pays a fee for their storing.	Neste caso, os Produtos serão expedidos para o Cliente apenas após o Cliente pagar a taxa de armazenamento.
712	If the Customer refuses to accept a delivery of Products ordered and delivered by a carrier or if implementation of such a delivery is impossible due to reasons for which the Customer is liable, XXX may	Se o Cliente recusar-se a aceitar a entrega de Produtos encomendados e entregues por uma transportadora ou se a implementação de tal entrega for impossível devido a razões pelas quais o

	withdraw from fulfilment of the Order, fully or partially, and charge the Customer with costs incurred, especially the costs of issuing invoices, sending documentation and the Products and for return transportation.	Cliente é responsável, XXX pode anular o cumprimento da Encomenda, total ou parcialmente, e cobrar os custos incorridos ao Cliente, especificamente os custos de emissão de faturas, envio de documentação e Produtos e transporte de regresso.
713	§ 4 Payments.	§ 4 Pagamentos
714	1.[1]Payment for Products is done on the basis of a VAT invoice within the term specified on the invoice.	1.[1]O pagamento de Produtos é realizado na base de uma fatura do IVA dentro do termo especificado na fatura.
715	The date of crediting funds to the XXX account or of the receipt of payment is deemed as the day of payment.	A data para creditar fundos para a conta de XXX ou a receção do pagamento é considerada o dia do pagamento.
716	2.[1]XXX reserves the ownership rights to Products until the moment of receiving full payment of their price.	2.[1]XXX reserva-se os direitos de propriedade de produtos até o momento da receção do pagamento total do preço.
717	At the same time, XXX agrees for processing, modifying and applying technological processes to products within the scope the Products of a given type are usually subject to them at a normal course of business, and in such case Art. 192 of CC shall be applicable.	Ao mesmo tempo, XXX acorda no processamento, modificação e aplicação de processos tecnológicos a produtos no âmbito de que os Produtos de determinado tipo são geralmente sujeitos aos mesmos no curso normal de atividade, e neste caso, o Artigo 192 do CC deve ser aplicável.
718	XXX does not agree for using products as a pledge or any other security made to third persons.	XXX não acorda no uso de produtos como penhor ou qualquer outra garantia feita a terceiros.
719	Issuing of a promissory note or any other payment order to XXX as well as incurring any other liabilities is deemed only as security of payment of the price and will not be deemed as a payment until the moment it is actually made.	Emitir uma nota promissora ou outra ordem de pagamento a XXX, assim como contrair outros passivos é considerado apenas como segurança do pagamento do preço e não será considerado um pagamento até estar realmente feito.
720	3.[1]In[1]case of any delays in payment, regardless of other rights, XXX has the right to demand Products to be returned and delivered to the indicated XXX# storehouse at the Customer#s expense and risk.	3.[1]Em[1]caso de quaisquer atrasos no pagamento, independentemente de outros direitos, XXX tem o direito de pedir que Produtos sejam devolvidos e entregues ao armazém de XXX indicado por conta e risco do Cliente.
721	Returning Products does not exclude the XXX# right to claim the costs related to fulfilment of the agreement concluded and compensation for damages made under general conditions.	Devolver Produtos não exclui o direito de XXX de reclamar as despesas relativas ao cumprimento do acordo celebrado e a compensação de danos feita nas condições gerais.
722	4.[1]In[1]order to avoid any doubts, XXX would like to inform that the Customer is not entitled to be released from its obligation to pay the price of Products by returning them, and such a return may occur only at an explicit request of XXX.	4.[1]De[1]forma a evitar dúvidas, XXX gostaria de informar que o Cliente não está autorizado a dispensar-se da sua obrigação de pagar o preço de Produtos ao devolvê-los e tal devolução pode ocorrer apenas com um pedido explícito de XXX.
723	5.[1]In case the price has been indicated in another currency than PLN, the Customer is obliged to pay the price in the currency indicated.	5.[1]Caso o preço tenha sido indicado noutra moeda que não PLN, o Cliente é obrigado a pagar o preço na moeda indicada.
724	Art. 358 of the CC is not applicable.	O Artigo 358 do CC não é aplicável.

725	§ 5 Quality standards, complaints, warranty.	§ 5 Padrões de qualidade, reclamações, garantia.
726	1.[1]XXX would like to inform that it is not the producer of Products and that all information related to properties of Products made available by it is based on information and guarantees obtained from their producers.	1.[1]XXX gostaria de informar que não é o fabricante dos Produtos e que toda a informação relativa às propriedades dos Produtos disponíveis baseia-se na informação e garantias obtidas pelos fabricantes.
727	Thereby, the information presented is only of an indicative nature and does not constitute a warranty within the meaning of the Civil Code nor a basis for attributing liability to XXX due to a warranty or to damage suffered by the Customer as a result of complying with information given by the Products# producers.	Deste modo, a informação apresentada é apenas de natureza indicativa e não constitui uma garantia na aceção do Código Civil nem base para atribuir responsabilidade a XXX devido a uma garantia ou danos sofridos pelo Cliente como resultado de cumprir a informação fornecida pelos fabricantes dos Produtos.
728	XXX will also not be liable for compliance of Products# properties with their producers# statements or the Products suitability for intended use declared by their producers.	XXX não será responsável também pela conformidade das propriedades dos Produtos com os seus relatórios de procedimentos ou a adequação dos Produtos para utilização prevista declarada pelos fabricantes.
729	2.[1]At the moment of transferring ownership of products, all warranties and other liabilities for the Product#s quality granted by the Producer of the Products are passed to the Customer, if they may be transferred in accordance with applicable regulations and the content of such warranties.	2.[1]No momento de transferir a propriedade de produtos, todas as garantias e outras responsabilidades quanto à qualidade do Produto atribuídas pelo Fabricante dos Produtos são passadas para o Cliente, se puderem ser transferidas de acordo com regulamentações aplicáveis e o conteúdo de tais garantias.
730	The producers# warranties, unless provided otherwise, are limited only to the original products in a non-processed form and their compliance with the technical specification provided to the Customer.	As garantias dos fabricantes, salvo indicação em contrário, estão limitadas apenas aos produtos originais num formato não processado e à sua conformidade com a especificação técnica fornecida ao Cliente.
731	XXX is not liable for the results of processing and/or using products by the Customer, who decides on its own, on the basis of its own experience and knowledge, if the Products are suitable for processes and purposes for which they were chosen by the Customer.	XXX não é responsável pelos resultados do processamento e/ou utilização de produtos pelo Cliente, que decide por sua própria iniciativa, na base da sua experiência e conhecimento, se os Produtos são adequados para processos e propósitos para os quais foram escolhidos pelo Cliente.
732	3.[1]The Customer, by concluding an agreement, undertakes to make claims due to warranty for defects in a court only after finishing the compliant procedure described In these Terms.	3.[1]O Cliente, ao celebrar o acordo, compromete-se a fazer reivindicações devido à garantia por defeitos num tribunal apenas após terminar um procedimento de reclamação descrito nestes Termos.
733	4.[1]A complaint procedure can be started by making a complaint in a way described in the Terms.	4.[1]Um procedimento de reclamação pode ser iniciado ao fazer-se uma reclamação como foi descrito nos Termos.
734	The Customer is obliged to make a complaint immediately, and no later than	O Cliente é obrigado a fazer uma reclamação imediatamente, e no prazo de 10 dias úteis após identificar os defeitos.

	within 10 business day from detecting the defects.	
735	The complaint procedure finishes with a written statement issued by XXX in relation to acceptance or refusal to accept the complaint as justified at the moment of delivering the statement to the Customer.	O procedimento de reclamação termina com um relatório por escrito emitido por XXX em relação à aceitação ou recusa da reclamação como legítima no momento de entrega do relatório ao Cliente.
736	5.[1]A complaint will be submitted in writing by registered mail or in person, at the seat of XXX.	5.[1]Uma reclamação é entregue por escrito por correio registado ou pessoalmente, na sede de XXX.
737	The complaint must include at least one designation of the Customer, the number of the invoice covering faulty Products, the date of detecting the defects, their detailed description and the requested way of compensation.	A reclamação deve incluir pelo menos uma designação do Cliente, o número da fatura que abrange Produtos defeituosos, a data de identificação de defeitos, uma descrição detalhada dos mesmos e a forma de compensação solicitada.
738	In case any of aforementioned elements is missing, XXX will withhold from handling the complaint until missing information is submitted.	Caso algum destes elementos supramencionados não esteja presente, XXX recusa-se a tratar da reclamação até a informação ausente ser entregue.
739	XXX reserves the right to request the Customer, if it is necessary to handle the complaint or to prevent similar defects from occurring in the future, to send samples of the faulty Products or to give additional explanations concerning circumstances of the faults detection or occurring, at the same time withholding the handling of the complaint until the Customer submits the samples and/or gives explanations.	XXX reserva-se o direito de solicitar ao Cliente, se for necessário tratar da reclamação ou evitar que defeitos semelhantes ocorram no futuro, que envie amostras dos Produtos defeituosos ou de fornecer explicações adicionais relativamente a circunstâncias da identificação ou ocorrência de defeitos, e ao mesmo tempo recusar tratar da reclamação até o Cliente entregar as amostras e/ou fornecer explicações.
740	6.[1]The Customer, by concluding an agreement, undertakes to immediately ensure that Products bought are not faulty and that they are suitable for the intended use and to inform XXX in writing about any defects or non-compliance of Products no later than within 30 days from their collection.	6.[1]O Cliente, ao celebrar um acordo, compromete-se imediatamente a assegurar que os Produtos comprados não são defeituosos e que são adequados para a utilização prevista e para informar XXX por escrito sobre quaisquer defeitos ou não conformidades dos Produtos num prazo de 30 dias após o seu levantamento.
741	In case XXX is not informed about the defects within the term indicated, it will deem that all defects of products occurred after their risk was passed to the Customer.	Caso XXX não seja informado dos defeitos dentro do prazo indicado, considerará que os defeitos dos produtos ocorreram após o risco ter sido transferido para o Cliente.
742	7.[1]The Customer, by concluding an agreement, undertakes to withhold, until the moment of inspecting products in accordance with § 5 of the terms and notifying XXX about any potential defects, from disposing of products in any way decreasing their value or making it difficult to establish the causes of their damage.	7.[1]O Cliente, ao celebrar o acordo, compromete-se a recusar, até ao momento de inspecionar os produtos de acordo com o § 5 dos termos e notificar XXX sobre quaisquer potenciais defeitos, escoar os produtos, diminuindo de qualquer forma o seu valor ou tornando difícil estabelecer as causas dos danos.
743	If this obligation is not fulfilled, XXX may withhold from compensating any claims of the Customer resulting from product	Se esta obrigação não for cumprida, XXX pode recusar compensar quaisquer reivindicações do Cliente resultantes de

	defects until the amount equal to the decrease of the value of products due to their disposal by the Customer and other costs incurred due to that reasons by XXX are returned to XXX.	defeitos do produto até o montante equivalente da redução do valor de produtos, devido ao seu escoamento pelo Cliente e outros custos incorridos pela mesma razão, ser devolvido a XXX.
744	If the effects of Products disposal make it impossible to establish the causes and scope of damages, XXX will not be obliged to accept the Customer#s claims related to those damages.	Se os efeitos do escoamento de Produtos tornar impossível o estabelecimento de causas e âmbito dos danos, XXX não será obrigado a aceitar as reivindicações do Cliente relativas a esses danos.
745	Disposing of products in a form of making them subject to technological processes that are usually used in a normal course of business in order to check their quality within the scope needed to detect any potential damages does not constitute a form of disposing of Products infringing the aforementioned obligation.	Escoar produtos de forma a torná-los sujeitos a processos tecnológicos que são geralmente utilizados num curso normal de atividade para verificar a qualidade no âmbito necessário para detetar quaisquer potenciais danos não constitui uma forma de escoar produtos, infringindo a obrigação supramencionada.
746	Each processing or modification of Products will be deemed as disposing of Products in a way contradictory to this section, making it impossible to establish reasons or scope of the damages, if it will include more than 10% of the products quantity needed to start the production process appropriate for the Products of a given type, at one full machine#s capacity utilisation.	Cada procedimento ou modificação de Produtos será considerado como escoamento de Produtos de uma forma contraditória a esta secção, tornando impossível estabelecer razões ou âmbito dos danos, se incluir mais de 10 % da quantidade de produtos necessária para começar o processo de produção apropriado para os Produtos de determinado tipo, na capacidade plena de utilização de uma máquina.
747	8.[1]The XXX# liability for damages is always limited to the actual damage.	8.[1]A responsabilidade de XXX pelos danos está sempre limitada ao dano real.
748	§ 6 Confidentiality.	§ 6 Confidencialidade.
749	1.[1]By placing an Order, the Customer agrees for its personal data to be placed in the database of XXX and for their processing for the purposes of the agreement.	1.[1]Ao efetuar uma Encomenda, o Cliente acorda na inserção da sua informação pessoal na base de dados de XXX e no seu processamento para propósitos do acordo.
750	The Customer is liable for providing incorrect personal data.	O Cliente fica responsável pelo fornecimento de informação pessoal incorreta.
751	Personal data of the Consumer are processed only in order to perform the agreement.	A informação pessoal do Consumidor é processada apenas para efetuar o acordo.
752	The data will not be made available to third parties for any purpose, with the exception of a situation in which the data is to be submitted to authorised bodies or to persons acting on the basis of applicable regulations in order to enforce rights or claims to which XXX is entitled.	A informação não ficará disponível a terceiros para qualquer propósito, excetuando uma situação em que a informação tenha de ser entregue a entidades autorizadas ou a pessoas a atuar com base em regulamentações aplicáveis de forma a reforçar os direitos e reivindicações às quais XXX tem direito.
753	2.[1]All data submitted to the Customer by XXX in relation to placing or confirming Orders and concluding and performing agreements are confidential.	2.[1]É confidencial toda a informação entregue ao Cliente por XXX relativamente ao pedido ou à confirmação de Encomendas e à celebração de acordos.
754	The Customer, without prior written permission of XXX, is not entitled to make	O Cliente, sem autorização escrita prévia de XXX, não pode divulgar ou tornar

	public or disclose to anyone information obtained as a result of concluding or performing sales agreements concluded on the basis of the Terms and Conditions, which concerns XXX, its interests, financial data or actions, including technical specifications and business secrets, regardless the source of such information and the fact if the information was disclosed with reservation of its confidentiality, unless such information is publicly known or must be disclosed to an authorised body.	pública informação obtida como consequência da celebração de acordos de venda celebrados na base dos Termos e Condições, que dizem respeito a XXX, os seus interesses, dados ou ações financeiros, incluindo especificações técnicas e segredos comerciais, independentemente da fonte de tal informação e se a informação foi divulgada com ressalva da sua confidencialidade, exceto se tal informação for conhecida publicamente ou tenha de ser divulgada a uma entidade autorizada.
755	§ 7 Final provisions.	§ 7 Disposições finais.
756	1.[1]In order to avoid any doubts, XXX informs that by concluding a sales agreement, the Customer does not become an employee, an agent or a representative of XXX and as such, the Customer is not authorised to incur liabilities on behalf of XXX, accept any provisions, act or make any provisions, warranties or statements to third persons on its behalf.	1.[1]Para evitar quaisquer dúvidas, XXX informa que ao concluir um acordo de vendas, o Cliente não se torna empregado, agente ou representante de XXX e, como tal, o Cliente não está autorizado a incorrer responsabilidades em nome de XXX, aceitar quaisquer disposições, agir ou efetuar quaisquer disposições, garantias ou relatórios para terceiros em seu nome.
757	2.[1]In order to avoid any doubts, XXX informs that as a result of conclusion or implementation of any sales agreements, the Customer is not entitled to any rights to industrial properties, copyrights, rights to the name or logo of XXX or any other units whose products are sold by XXX to the extent in which it not required by mandatory regulations of the Polish law.	2.[1]Para evitar quaisquer dúvidas, XXX informa que como resultado da celebração ou implementação de acordos de venda, o Cliente não tem direito a quaisquer direitos a propriedades industriais, direitos reservados, direitos ao nome e logótipo de XXX ou quaisquer outras unidades cujos produtos sejam vendidos por XXX na medida em que não seja exigido por regulamentações obrigatórias da lei polaca.
758	3.[1]Set-off of liabilities to which the Customer is entitled from XXX due to any reasons against liabilities to which XXX is entitled from the Customer due to sales agreements concluded on the basis of these Terms is possible only with a prior written consent of XXX.	3.[1]A compensação de responsabilidades às quais o Cliente tem direito de XXX devido a quaisquer razões contra responsabilidades que XXX tem direito do Cliente devido a acordos de vendas celebrados na bases destes Termos é possível apenas com consentimento por escrito de XXX.
759	4.[1]The Customer is obliged to inform XXX about any changes in the Customer's address under pain of recognising the correspondence addressed to the address indicated previously as delivered.	4.[1]O cliente está obrigado a informar XXX sobre quaisquer alterações na morada do Cliente sob pena de reconhecer que a correspondência seja endereçada à morada indicada previamente como entregue.
760	5.[1]XXX reserves the right to make changes to the Terms at any time.	5.[1]XXX reserva-se o direito de alterar os Termos em qualquer momento.

Anexo 8 – Tradução da escritura notarial corrigida pelo revisor

“§ 4.

O âmbito da atividade comercial da Empresa

1. O âmbito da atividade comercial da Empresa representa qualquer atividade económica com fins lucrativos na Polónia e no estrangeiro, conduzida por conta própria e em corretagem, nos seguintes domínios:-----

- a) ~~+~~atividades de contabilidade e escrituração (excluindo as atividades de revisores oficiais de contas e consultoria fiscal) (PKD 74.12.Z),-----
- b) ~~+~~atividades relacionadas com a gestão de sociedades gestoras de participações (PKD 74.15.Z),-----
- c) ~~+~~consultoria no domínio de atividades comerciais e de gestão (PKD 74.14.A),-----
- d) ~~+~~orientação e gestão no domínio de operações comerciais (PKD 74. 14.B), -----
- e) ~~+~~locação financeira (PKD 65.21.Z), -----
- f) ~~+~~outra intermediação financeira, não classificada (PKD 65.23.Z), -----
- g) ~~+~~atividades financeiras auxiliares, não classificadas -----
- h) ~~+~~publicidade (PKD 74.40.Z), -----
- i) ~~+~~outras atividades comerciais não classificadas (PKD 74.84.B),-----
- j) ~~+~~processamento de dados (PKD 72.30.Z), -----
- k) ~~+~~atividades relacionadas a base de dados (PKD 72.40.Z), -----
- l) ~~+~~outras atividades retalhistas especializadas (PKD 51.70.A),-----
- m) ~~+~~outras atividades retalhistas não especializadas (PKD 51.70.B),-----
- n) ~~+~~venda a retalho de produtos não alimentares em lojas especializadas, não classificada (PKD 52.48.G),-----
- o) ~~+~~promoção e comercialização de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.11.Z), ----
- p) ~~+~~compra e venda de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.12.Z), -----
- q) ~~+~~arrendamento de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.20.Z),-----
- r) ~~+~~gestão de bens imobiliários não residenciais (PKD 70.32.B),-----
- s) ~~+~~estudos de mercado e sondagens de opinião (PKD 74.13.Z), -----
- t) ~~+~~outras formas de concessão de empréstimos (PKD 65.22.Z). -----

Conforme o âmbito supramencionado, a Empresa efetua a importação e exportação de bens e serviços. -----

2. Caso alguma das atividades referidas exija consentimento, concessão, confirmação ou qualquer outra forma de decisão por parte de um órgão de administração pública competente, a Empresa efetua tal atividade apenas após obter tal decisão.-----

3. A Empresa opera no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro. -----

4. Conforme o referido acima no ponto 1, a Empresa pode abrir e dirigir as filiais, as sucursais e os gabinetes de representação, assim como outras unidades organizacionais no território da República da Polónia e no estrangeiro. -----

5. A Empresa tem o direito de participar noutras entidades comerciais e tanto criar como associar-se a quaisquer organizações empresariais que operem no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro.”-----

Re. 5. Sr. XXX, atuando por conta do único acionista da Empresa, exercendo os direitos adquiridos ~~na~~em Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o Artigo 156 do Código das Sociedades Comerciais, adotou a seguinte resolução: -----

Resolução n.º 2
Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas
Empresa sob o nome
XXX sociedade anónima de responsabilidade limitada com sede em Varsóvia
a 13 de abril de 2006

A Assembleia Geral Extraordinária da Empresa aprova o presente texto consolidado do Contrato Social da Empresa, na seguinte redação:-----

CONTRATO SOCIAL
SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

§ 1.

Constituição da Empresa

A pessoa que age em nome da empresa representada constitui uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, doravante mençãoada designada como a Empresa.-----

§ 2.

Nome e sede da Empresa

1. A Empresa que opera sob o nome XXX Sociedade Anónima De Responsabilidade Limitada.-----
2. A Empresa pode usar uma versão abreviada do nome: **XXX sp. z o.o.**, assim como **XXX spółka z o.o.** -----
3. A sede da Empresa situa-se na capital administrativa de Varsóvia. -----

§ 3.

Duração da Empresa

A duração é ilimitada.-----

§ 4.

O âmbito da atividade comercial da Empresa

1. O âmbito da atividade comercial da Empresa representa qualquer atividade económica com fins lucrativos na Polónia e no estrangeiro, conduzida por conta própria e em corretagem, nos seguintes domínios: -----
 - a) ~~a)~~ atividades de contabilidade e escrituração (excluindo as atividades de revisores oficiais de contas e consultoria fiscal) (PKD 74.12.Z), -----
 - b) ~~b)~~ atividades relacionadas com a gestão de sociedades gestoras de participações (PKD 74.15.Z), -----
 - c) ~~c)~~ consultoria no domínio de atividades comerciais e de gestão (PKD 74.14.A), -----
 - d) ~~d)~~ orientação e gestão no domínio de operações comerciais (PKD 74.14.B), -----
 - e) ~~e)~~ locação financeira (PKD 65.21.Z), -----
 - f) ~~f)~~ outra intermediação financeira, não classificada (PKD 65.23.Z), -----
 - g) ~~g)~~ atividades financeiras auxiliares, não classificadas -----
 - h) ~~h)~~ publicidade (PKD 74.40.Z),-----

- i) ~~h)~~ outras atividades comerciais não classificadas (PKD 74.84.B), -----
- j) ~~g)~~ processamento de dados (PKD 72.30.Z), -----
- k) ~~f)~~ atividades relacionadas a base de dados (PKD 72.40.Z), -----
- l) ~~e)~~ outras atividades retalhistas especializadas (PKD 51.70.A), -----
- m) ~~d)~~ outras atividades retalhistas não especializadas (PKD 51.70.B), -----

4

- n) venda a retalho de produtos não alimentares em lojas especializadas, não classificada (PKD 52.48.G), -----
- o) promoção e comercialização de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.11.Z), -----
- p) compra e venda de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.12.Z), -----
- q) arrendamento de bens imobiliários, por conta própria (PKD 70.20.Z), -----
- r) gestão de bens imobiliários não residenciais (PKD 70.32.B), -----
- s) estudos de mercado e sondagens de opinião (PKD 74.13.Z), -----
- t) outras formas de concessão de empréstimos (PKD 65.22.Z). -----

Conforme o âmbito supramencionado, a Empresa efetua a importação e exportação de bens e serviços.-----

- 2. Caso alguma das atividades referidas exija consentimento, concessão, confirmação ou qualquer outra forma de decisão por parte de um órgão de administração pública competente, a Empresa efetua tal atividade apenas após obter tal decisão.-----
- 3. A Empresa opera no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro.-----
- 4. Conforme o referido acima no ponto 1, a Empresa pode abrir e dirigir as filiais, as sucursais e os gabinetes de representação, assim como outras unidades organizacionais no território da República da Polónia e no estrangeiro. -----
- 5. A Empresa tem o direito de participar noutras entidades económicas e tanto criar como associar-se a quaisquer organizações empresariais que operem no território da República da Polónia, assim como no estrangeiro.”-----

§ 5.

Capital social

- 1. O capital social da Empresa equivale osa 50.000 PLN (por extenso: cinquenta mil zloty) e está dividido em 100 (por extenso: cem) ações iguais e indivisíveis de 500 PLN (por extenso: quinhentos zloty) cada.-----
- 2. Os acionistas podem ter mais que uma ação. Cada ação dá direito a um voto na Assembleia Geral de Acionistas. -----
- 3. O capital social foi integralmente realizado em dinheiro e o total de ações foi adquirido pela XXX sp. o.o. sediada em Katowice. -----
- 4. O capital social da Empresa pode ser aumentado através do aumento do valor nominal de ações existentes, assim como através da criação de novas ações. -----
- 5. As ações recém-criadas podem ser pagas em entradas monetárias ou não monetárias.-----
- 6. Para este efeito, os acionistas podem, ao adotar uma resolução que retifique o Contrato Social, aumentar o capital social ao alocar fundos de prestações suplementares ou capitais (fundos) de reserva criados a partir do lucro da Empresa (aumento do capital social dos recursos da Empresa~~)~~). Nesse caso, as novas ações são transferidas aos acionistas em relação às suas ações existentes e não requerem

aquisição.-----

7. O aumento do capital social deverá ser feito de acordo com uma resolução relevante da Assembleia Geral de Acionistas.-----

8. O aumento do capital social até um montante de 15.000.000 PLN (por extenso: quinze milhões de zloty), de acordo com a resolução dos acionistas adotada durante o período desde 31 (trinta e um) de dezembro de 2010, não constitui uma retificação ao Contrato Social.-----

§ 6.

Empréstimos e pagamentos adicionais

1. A Empresa pode pedir empréstimos aos seus acionistas.-----

[assinatura ilegível]

5

2. Podem ser exigidos pagamentos adicionais aos acionistas, num montante total que não exceda 1000 (mil) do valor da ação na data de adoção da resolução sobre a realização de pagamentos adicionais.-----

3. O montante e os prazos para efetuar pagamentos adicionais deverão ser determinados individualmente ~~pelapor~~ resolução da Assembleia Geral de Acionistas.-----

4. As regras e prazos para a devolução dos pagamentos adicionais são estabelecidos na resolução da Assembleia de Acionistas, adotados em conformidade com as disposições do Código das Sociedades Comerciais.-----

§ 7.

Venda ou penhora de ações

1. As ações podem ser vendidas ou penhoradas.-----
2. Os acionistas têm o direito de vender as suas ações apenas após aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas, concedida sob a forma de uma resolução.-----
3. A penhora de ações apenas pode ser realizada após aprovação prévia da Assembleia de Acionistas, concedida sob a forma de uma resolução.-----
4. Qualquer acionista com regulações associadas às ações está a violar as disposições deste parágrafo e deverá ser considerado inefetivo no que diz respeito à Empresa.-----

§ 8.

Resgate de ações

1. Ações no capital social da Empresa podem ser resgatadas do capital social ou do resultado líquido sem diminuir o capital social. A Empresa pode adquirir as suas próprias ações para resgate.-----
2. Os acionistas deverão decidir quanto ao resgate de ações na forma de uma resolução apropriada.-----

§ 9.

Eliminação de lucro

1. O resultado líquido da Empresa pode, no todo ou em parte, ser excluído da divisão entre acionistas e destinar-se a fins especificados na resolução da Assembleia Geral de Acionistas.-----
2. A Assembleia de Acionistas tem direito a criar e liquidar fundos de reserva.-----

3. A Assembleia de Acionistas tem direito a tomar decisões relativamente à reposição de fundos de reserva.-----
4. O Conselho de Administração está autorizado a pagar adiantamentos aos acionistas para o dividendo antecipado do ano financeiro se a Empresa tiver fundos suficientes para tal.-----
5. O Conselho de Administração pode decidir pagar um dividendo provisório se as demonstrações financeiras da Empresa para o ano financeiro anterior ~~indicaram~~ indicarem lucro. O avanço não deve ser mais de metade do lucro obtido desde o fim do último ano financeiro, aumentado por lucros não pagos dos anos financeiros anteriores e reduzido por perdas de anos anteriores, assim como o montante do capital de reserva criado em conformidade com o Contrato Social.-----

§ 10.

Órgãos da empresa

Os órgãos da empresa são: Assembleia Geral e Gestão de Acionistas.-----

Anexo 9 – Tradução dos Termos e Condições corrigida pelo revisor

§ 1 Disposições gerais, jurisdição e direito aplicável.

1. Ao abrigo dos Termos e Condições que se seguem:

a) XXX - deverá ser entendida como a sociedade por ações XXX-XXX com escritório registado em Aleksandrow Lodzki, inscrita no Registo de Empresário, mantida pelo Tribunal do Distrito de Lodz - Srodmiescie em Lodz, 20ª Divisão Comercial do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, conforme N.º XXX, Número de Identificação Fiscal: XXX, Número de Registo Comercial Nacional Polaco: XXX, capital social: 7.030.000,00 PLN, pago na totalidade.

b) Produtos - deverão ser entendidos como mercadorias fornecidas ~~por~~para XXX;

c) Cliente - deverá ser entendida como uma entidade, independentemente da sua forma organizacional ou legal, que celebra um acordo de venda de Produtos com XXX no âmbito da sua atividade económica,

d) Encomenda - deverá ser entendida como uma oferta feita pelo Cliente ~~a~~a XXX relativa à celebração de um acordo de venda de Produtos;

e) Partes - deverão ser entendidas como a XXX e o Cliente juntos.

2. Os seguintes Termos e Condições de Venda constituem um acordo-quadro que descrevem as regras de cooperação aplicáveis à relação entre a XXX e o seu Cliente relativamente à celebração de acordos, salvo disposição em contrário noutros acordos por escrito celebrados com o Cliente. Estes Termos e Condições são aplicáveis na medida em que a relação entre a XXX e o Cliente não está regulamentada pelo acordo celebrado com o Cliente.

Tal como no acordo por escrito, os Incoterms e outras regras que descrevam as condições de uma dada transação têm prioridade sobre estes Termos, desde que a XXX aceite claramente tais regras para a transação indicada, por escrito.

3. Os Termos são aplicáveis a acordos celebrados entre a XXX e o Cliente, somente se devido à sede do Cliente ou outras circunstâncias da transação, a transação está sujeita a uma lei que não a da República da Polónia.

4. Os Termos, tal como todos os acordos celebrados nessa base, são regidos totalmente pela lei da República da Polónia.

Em casos não acordados por estes Termos, deverão ser aplicadas as regulamentações da lei polaca, especificamente as disposições da Lei de 23 de abril de 1964 - o Código Civil (doravante referido como CC) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Contratos para a Venda Internacional de Mercadorias, elaborada em Viena a 11 de abril de 1980 (doravante referida como CISG) à medida não excluída pelos Termos.

5. Os Termos e Condições foram elaborados em polaco e inglês. No entanto, em caso de discrepâncias entre as duas versões, a versão polaca deverá prevalecer.

6. Todos os conflitos entre as Partes que resultem dos Termos e acordos celebrados nessa base serão resolvidos por um tribunal polaco apropriado à sede ~~deda~~para XXX.

7. Informação e fotografias de Produtos incluídas em materiais ~~deda~~para XXX, listas de preços e pastas, assim como todas as amostras e modelos, são apenas de natureza informativa e não constituem uma oferta na aceção do Artigo 66 do Código Civil. Assim, as características de Produtos e respetivos preços podem divergir do estado atual e isto não constituirá base para a apresentação de reclamações contra a XXX.

8. A menos que especificado o contrário, todos os preços em catálogos e listas de preços ~~deda~~para XXX são preços líquidos expressos em Euros e calculados para uma entrega EXW Aleksandrow Lodzki (INCOTERMS 2010) e, assim, após a celebração do acordo, impostos, taxas e responsabilidades semelhantes poderão ser adicionados aos mesmos, se, de acordo com a lei, a XXX for ~~obrigado~~obrigada a pagar ou a cobrá-los ou se for necessário para cumprir o acordo celebrado com o Cliente, Nesse caso ~~no qual~~, o Cliente

será obrigado a pagar as taxas adicionais juntamente com o preço.

§ 2 Efetuar, confirmar e cancelar Encomendas

1. Cada venda de Produtos baseia-se numa Encomenda efetuada por e-mail ou num representante de vendas ~~deda~~ XXX. Cada Encomenda deverá conter pelo menos uma designação do Cliente, a data, tal como a quantidade e qualidade dos Produtos encomendados.

2. Considera-se que um acordo é celebrado quando o Cliente recebe confirmação do pedido da encomenda, ou ~~secaso~~ não receba, aquando da sua entrega. Caso haja passivos a pagar pelo Cliente, a XXX reserva-se o direito de suspender o cumprimento do acordo celebrado até os passivos serem liquidados, ou, se a liquidação for duvidosa, a XXX poderá anular o acordo. A XXX poderá igualmente anular o acordo se o seu cumprimento for impossível ou se estiver relacionado com custos excessivos.

3. No caso de acordos celebrados na base dos Termos, o Artigo 49 da CISG não é aplicável e o Cliente pode anular a Encomenda ou anular o acordo celebrado de qualquer forma com consentimento ~~deda~~ XXX. Obter tal consentimento pode depender de despesas de devolução e segurança suportadas ~~porpela~~ XXX em relação ao início do processamento da Encomenda.

4. Uma encomenda ou outra declaração entregue pelo Cliente apenas será válida se estiver escrita em polaco ou inglês. Declarações escritas noutra língua não serão aceites, sem que seja necessário informar o Cliente de tal facto.

5. Na altura do pedido da primeira ou seguinte Encomenda, a XXX estará ~~autorizado~~autorizada a verificar os dados do Cliente no VIES ou outro sistema ou numa base dados em que os dados do Cliente ~~estarão~~serão disponibilizados ~~aà~~ XXX de acordo com regulamentações aplicáveis, sem que seja necessário notificar o Cliente de tal facto. No caso de quaisquer dúvidas relativamente à identidade do Cliente ou conformidade dos dados disponibilizados com os dados atuais, a XXX terá direito a pedir uma cópia de documentos válidos que confirmem o estatuto legal do Cliente, autorizações de pessoas específicas para atuar por conta do Cliente e da sua situação financeira. Caso seja pedido ao Cliente que forneça tal documentação, a XXX terá o direito de suspender a realização da Encomenda até que o Cliente cumpra com a obrigação supramencionada.

§ 3 Termos e condições da realização da encomenda.

1. O tempo de realização de uma Encomenda depende dos Produtos disponíveis no armazém ~~deda~~ XXX ou dos Fabricantes e, por esta razão, pode variar. A XXX reserva-se o direito de adiar o prazo da realização da Encomenda indicado devido a atrasos na entrega do Produto do fabricante ou em caso de força maior. O Cliente concorda com o supramencionado no momento do pedido da Encomenda e tal situação não constituirá base para quaisquer reivindicações.

2. O termo de realização de uma Encomenda tal como outros termos apresentados ao Cliente ~~porpela~~ XXX devem ser entendidos como o período máximo durante o qual a encomenda pode ser realizada ou no qual o evento indicado possa ocorrer e, deste modo, o Cliente não está autorizado a rejeitar um serviço prestado mais cedo que o prazo e tal disposição antecipada de um serviço não constituirá base para quaisquer reivindicações. O Artigo 52, 1.º ponto de CISG não é aplicável.

3. Entrega de produtos, salvo decisão em contrário entre a XXX e o Cliente, será efetuada de acordo com os termos de EXW Aleksandrow Lodzki (INCOTERMS 2010). A aceitação de outros termos de entrega é possível

com o consentimento ~~deda~~ XXX. O Cliente é obrigado a informar a XXX sobre a data e a hora na qual o Cliente irá recolher os Produtos no mínimo 24 horas antes da receção.

Caso a obrigação supramencionada ~~não~~ não for cumprida, a XXX estará autorizada a suspender o carregamento de produtos até ao fim do dia útil seguinte ao dia do levantamento dos produtos pelo Cliente, o que não constituirá base para quaisquer reivindicações.

~~for cumprida, XXX estará autorizado a suspender o carregamento de produtos até ao fim do dia útil que se segue ao dia em que o Cliente vai levantar os produtos, o que não constituirá base para quaisquer reivindicações.~~

4. A XXX reserva-se o direito de emitir faturas de IVA como confirmação de acordos de venda celebrados, que não serão assinados pelo Cliente, pelo que o Cliente acorda ao efetuar a Encomenda.

5. A XXX é ~~obrigado~~ obrigada a entregar documentos relativos a produtos, o mais tardar, no momento do levantamento pelo Cliente do armazém ~~deda~~ XXX ou da transportadora. Caso os documentos sejam entregues antecipadamente, a XXX reserva-se o direito de corrigir quaisquer dados neles incluídos até o prazo da sua entrega ~~pela,~~ pelo qual o Cliente ~~acorda~~ concorda ao pedir a Encomenda. Tal situação não constituirá base para quaisquer reivindicações. O Artigo 34 do CISG não é aplicável neste âmbito. Ao efetuar a Encomenda, o Cliente ~~acorda~~ concorda também que os documentos sejam entregues num formato escolhido ~~por~~ pela XXX, incluindo formato digital.

6. Em casos justificados, a XXX reserva-se o direito de pedir pré-pagamento no valor indicado por iniciativa própria. O pré-pagamento não constitui um adiantamento ao abrigo do Artigo 394 do CC.

7. A XXX gostaria de avisar que devido à capacidade de embalagem coletiva e individual, a quantidade atual de Produtos pode divergir por cerca de 10 % da quantidade indicada na Encomenda, que não será considerado como cumprimento impróprio do acordo e que não constituirá base para quaisquer reivindicações do Cliente. Nesse caso, as Partes considerarão que o acordo está a ser cumprido corretamente ~~por~~ pela XXX e o Cliente não poderá rejeitar os Produtos na quantidade entregue e será obrigado a pagar o preço ~~apropriado~~ indicado da quantidade real dos Produtos entregues.

8. Ao levantar Produtos, o Cliente é obrigado a verificar a sua qualidade e quantidade na base da Encomenda efetuada e do Acordo celebrado, assim como procurar ~~por~~ danos ou defeitos na presença de um empregado ~~deda~~ XXX ou de uma entidade que transporta os Produtos e, no caso de não conformidade, o Cliente deve informar a XXX imediatamente, elaborar um relatório de danos/não conformidade e tomar todas as medidas previstas por lei de forma a assegurar quaisquer potenciais reivindicações contra a transportadora de Produtos. O relatório deverá ser confirmado pela transportadora ou pelo empregado ~~deda~~ XXX. Se não há notificação imediata, a XXX considerará a Encomenda como aceite sem ressalvas.

9. A entrega de produtos à pessoa que os recebe ~~no lugar~~ nome do Cliente no armazém ~~deda~~ XXX pode proceder-se apenas na base de um aviso de envio de mercadoria válido emitido por um empregado autorizado ~~deda~~ XXX e assinado pela pessoa que recebe os Produtos. O Cliente assegura que cada pessoa que ~~vai~~ vai receber os Produtos ~~no~~ em seu ~~lugar~~ nome terá uma confirmação de autorização apropriada para levantar e receber uma fatura do IVA que deverá incluir pelo menos: primeiro e último nome da pessoa, o fabricante e o número de registo do carro no qual os produtos serão carregados. Se a obrigação supramencionada não for cumprida, a XXX reserva-se o direito de recusar a entrega de produtos, o que resultará em considerar que o levantamento não será realizado no horário previsto. Em qualquer caso, emitir produtos e uma fatura do IVA à pessoa que vai receber os produtos ~~no lugar~~ nome do Cliente será considerado uma entrega válida dos produtos a uma pessoa autorizada e a aceitação da fatura pelo Cliente.

10. A pessoa que entrega os Produtos tem o direito de pedir a identificação da pessoa

que recebe as mercadorias. Caso a pessoa que recebe as mercadorias se recusar-se a mostrar a identificação, os Produtos não serão entregues e a sua recolha será considerada como não tendo sido realizada no horário previsto.

11. No caso de Produtos não levantados no horário previsto, a XXX estará ~~autorizado~~autorizada a cobrar ao Cliente uma multa contratual de 5 EUR por cada espaço de palete necessário para armazenar apropriadamente mercadorias não recolhidas por cada dia de atraso.

Neste caso, os Produtos serão expedidos para o Cliente apenas após o ~~Cliente pagar~~ apagamento da taxa de armazenamento-por parte do Cliente. Se o Cliente se recusar-se a aceitar a entrega de Produtos encomendados e entregues por uma transportadora ou se a implementação de tal entrega for impossível devido a razões pelas quais o Cliente é responsável, a XXX pode anular o cumprimento da Encomenda, total ou parcialmente, e cobrar os custos incorridos ao Cliente, especificamente os custos de emissão de faturas, envio de documentação e Produtos e transporte de regresso.

§ 4 Pagamentos

1. O pagamento de Produtos é realizado na base de uma fatura do IVA dentro do termo especificado na fatura. A data para creditar fundos para a conta ~~deda~~ XXX ou a receção do pagamento é considerada o dia do pagamento.

2. A XXX reserva-se os direitos de propriedade de produtos até ~~ao~~ momento da receção do pagamento total do preço. Ao mesmo tempo, a XXX ~~acorda~~acorda ~~com o~~ processamento, modificação e aplicação de processos tecnológicos a produtos no âmbito de que os Produtos de determinado tipo são geralmente sujeitos aos mesmos no curso normal de atividade, e neste caso, o Artigo 192 do CC deve ser aplicável. A XXX não ~~acorda~~acorda ~~com o~~ uso de produtos como penhor ou qualquer outra garantia feita a terceiros. Emitir uma nota promissora ou outra ordem de pagamento ~~aà~~ XXX, assim como contrair outros passivos, é considerado apenas como segurança do pagamento do preço e não será considerado um pagamento até estar realmente feito.

3. Em caso de quaisquer atrasos no pagamento, independentemente de outros direitos, a XXX tem o direito de pedir que os Produtos sejam devolvidos e entregues ao armazém ~~deda~~ XXX indicado por conta e risco do Cliente. Devolver Produtos não exclui o direito ~~deda~~ XXX de reclamar as despesas relativas ao cumprimento do acordo celebrado e a compensação de danos feita nas condições gerais.

4. De forma a evitar dúvidas, a XXX gostaria de informar que o Cliente não está autorizado a dispensar-se da sua obrigação de pagar o preço de Produtos ao devolvê-los e tal devolução pode ocorrer apenas com um pedido explícito ~~deda~~ XXX.

5. Caso o preço tenha sido indicado noutra moeda que não PLN, o Cliente é obrigado a pagar o preço na moeda indicada. O Artigo 358 do CC não é aplicável.

§ 5 Padrões de qualidade, reclamações, garantia.

1. A XXX gostaria de informar que não é o fabricante dos Produtos e que toda a informação relativa às propriedades dos Produtos disponíveis baseia-se na informação e garantias obtidas pelos fabricantes. Deste modo, a informação apresentada é apenas de natureza indicativa e não constitui uma garantia na aceção do Código Civil nem base para atribuir responsabilidade ~~aà~~ XXX devido a uma garantia ou danos sofridos pelo Cliente como resultado de cumprir a informação fornecida pelos fabricantes dos Produtos. A XXX não será igualmente responsável ~~também~~ pela conformidade das propriedades dos Produtos com os seus relatórios de procedimentos ou a adequação dos Produtos para utilização prevista declarada pelos fabricantes.

2. No momento de transferir a propriedade de produtos, todas as garantias e outras

responsabilidades quanto à qualidade do Produto atribuídas pelo Fabricante dos Produtos são passadas para o Cliente, se puderem ser transferidas de acordo com regulamentações aplicáveis e o conteúdo de tais garantias. As garantias dos fabricantes, salvo indicação em contrário, estão limitadas apenas aos produtos originais num formato não processado e à sua conformidade com a especificação técnica fornecida ao Cliente. A XXX não é responsável pelos resultados do processamento e/ou utilização de produtos pelo Cliente, que decide por sua própria iniciativa, na base da sua experiência e conhecimento, se os Produtos são adequados para processos e propósitos para os quais foram escolhidos pelo Cliente.

3. O Cliente, ao celebrar o acordo, compromete-se a fazer reivindicações devido à garantia por defeitos num tribunal apenas após terminar um procedimento de reclamação descrito nestes Termos.

4. Um procedimento de reclamação pode ser iniciado ao fazer-se uma reclamação como foi descrito nos Termos. O Cliente é obrigado a fazer uma reclamação imediatamente, e no prazo de 10 dias úteis após identificar os defeitos. O procedimento de reclamação termina com um relatório por escrito emitido ~~por~~pela XXX em relação à aceitação ou recusa da reclamação como legítima no momento de entrega do relatório ao Cliente.

5. Uma reclamação é entregue por escrito por correio registado ou pessoalmente, na sede ~~deda~~ XXX. A reclamação deve incluir pelo menos uma designação do Cliente, o número da fatura que abrange Produtos defeituosos, a data de identificação de defeitos, uma descrição detalhada dos mesmos e a forma de compensação solicitada. Caso algum destes elementos supramencionados não esteja presente, a XXX recusa-se a tratar da reclamação até a informação ausente ser entregue. A XXX reserva-se o direito de solicitar ao Cliente, se for necessário tratar da reclamação ou evitar que defeitos semelhantes ocorram no futuro, que envie amostras dos Produtos defeituosos ou de fornecer explicações adicionais relativamente a circunstâncias da identificação ou ocorrência de defeitos, e ao mesmo tempo recusar tratar da reclamação até o Cliente entregar as amostras e/ou fornecer explicações.

6. O Cliente, ao celebrar um acordo, compromete-se imediatamente a assegurar que os Produtos comprados não são defeituosos e que são adequados para a utilização prevista e para informar a XXX por escrito sobre quaisquer defeitos ou não conformidades dos Produtos num prazo de 30 dias após o seu levantamento. Caso a XXX não seja ~~informado~~informada dos defeitos dentro do prazo indicado, considerará que os defeitos dos produtos ocorreram após o risco ter sido transferido para o Cliente.

7. O Cliente, ao celebrar o acordo, compromete-se a recusar, até ao momento de inspecionar os produtos de acordo com o § 5 dos termos e notificar a XXX sobre quaisquer potenciais defeitos, escoar os produtos, diminuindo de qualquer forma o seu valor ou tornando difícil estabelecer as causas dos danos. Se esta obrigação não for cumprida, a XXX pode recusar compensar quaisquer reivindicações do Cliente resultantes de defeitos do produto até o montante equivalente da redução do valor de produtos, devido ao seu escoamento pelo Cliente e outros custos incorridos pela mesma razão, ser devolvido ~~a~~ XXX. Se os efeitos do escoamento de Produtos tornar impossível o estabelecimento de causas e âmbito dos danos, a XXX não será ~~obrigado~~obrigada a aceitar as reivindicações do Cliente relativas a esses danos. Escoar produtos de forma a torná-los sujeitos a processos tecnológicos que são geralmente utilizados num curso normal de atividade para verificar a qualidade no âmbito necessário para detetar quaisquer potenciais danos não constitui uma forma de escoar produtos, infringindo a obrigação supramencionada. Cada procedimento ou modificação de Produtos será considerado como escoamento de Produtos de uma forma contraditória a esta secção, tornando

impossível estabelecer razões ou âmbito dos danos, se incluir mais de 10 % da quantidade de produtos necessária para começar o processo de produção apropriado para os Produtos de determinado tipo, na capacidade plena de utilização de uma máquina.

8. A responsabilidade ~~deda~~ XXX pelos danos está sempre limitada ao dano real.

§ 6 Confidencialidade.

1. Ao efetuar uma Encomenda, o Cliente ~~acorda-na~~concorda com a inserção da sua informação pessoal na base de dados ~~deda~~ XXX e no seu processamento para propósitos do acordo. O Cliente fica responsável pelo fornecimento de informação pessoal incorreta. A informação pessoal do Consumidor é processada apenas para efetuar o acordo. A informação não ficará disponível a terceiros para qualquer propósito, excetuando uma situação em que a informação tenha de ser entregue a entidades autorizadas ou a pessoas a atuar com base em regulamentações aplicáveis de forma a reforçar os direitos e reivindicações às quais a XXX tem direito.

2. É confidencial toda a informação entregue ao Cliente ~~por~~pela XXX relativamente ao pedido ou à confirmação de Encomendas e à celebração de acordos. O Cliente, sem autorização escrita prévia ~~deda~~ XXX, não pode divulgar ou tornar pública informação obtida como consequência da celebração de acordos de venda celebrados na base dos Termos e Condições, que dizem respeito a XXX, os seus interesses, dados ou ações financeiros, incluindo especificações técnicas e segredos comerciais, independentemente da fonte de tal informação e se a informação foi divulgada com ressalva da sua confidencialidade, exceto se tal informação for conhecida publicamente ou tenha de ser divulgada a uma entidade autorizada.

§ 7 Disposições finais.

1. Para evitar quaisquer dúvidas, a XXX informa que ao concluir um acordo de vendas, o Cliente não se torna empregado, agente ou representante ~~deda~~ XXX e, como tal, o Cliente não está autorizado a incorrer responsabilidades em nome ~~deda~~ XXX, aceitar quaisquer disposições, agir ou efetuar quaisquer disposições, garantias ou relatórios para terceiros em seu nome.

2. Para evitar quaisquer dúvidas, a XXX informa que como resultado da celebração ou implementação de acordos de venda, o Cliente não tem direito a quaisquer direitos a propriedades industriais, direitos reservados, direitos ao nome e logótipo ~~deda~~ XXX ou quaisquer outras unidades cujos produtos sejam vendidos ~~por~~pela XXX na medida em que não seja exigido por regulamentações obrigatórias da lei polaca.

3. A compensação de responsabilidades às quais o Cliente tem direito ~~deda~~ XXX devido a quaisquer razões contra responsabilidades que a XXX tem direito do Cliente devido a acordos de vendas celebrados na ~~bases~~base destes Termos é possível apenas com consentimento por escrito ~~deda~~ XXX.

4. O cliente está obrigado a informar a XXX sobre quaisquer alterações na morada do Cliente sob pena de reconhecer que a correspondência seja endereçada à morada indicada previamente como entregue.

5. A XXX reserva-se o direito de alterar os Termos em qualquer momento.